



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: EDIR SALES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 02-05-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Falha na transmissão

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Boa noite. Boa noite a todas, todos e todes.

Eu sou Elaine Mineiro, Vereadora aqui da Casa, em uma mandata coletiva, que é a Mandata Coletiva Quilombo Periférico.

Primeiro, eu gostaria de justificar a ausência da Vereadora Edir Sales, que é Presidenta da nossa Comissão de Educação, Cultura e Esportes aqui, na Casa. Ela não pôde estar presente hoje. A Edir está presidindo várias audiências, por conta do Plano Diretor. Então ela não conseguiu estar presente aqui hoje, mas eu também tinha pedido a ela que eu pudesse presidir essa audiência, visto que a gente tem conversado com as mulheres trabalhadoras do serviço e para a gente era importante estar aqui. Ela gentilmente cedeu a possibilidade de a gente fazer a audiência mesmo ela não estando aqui. Então, eu queria, já, explicar a ausência dela e agradecer, inclusive à Presidenta, por a gente conseguir fazer essa audiência hoje.

Então, presentes *on-line* os Vereadores: Nunes Peixeiro e Camilo Cristóforo. Também gostaria de anunciar a presença da Vereadora Sílvia da Bancada Feminista, que eu estava vendo aqui – se quiser compor a Mesa com a gente, por favor. Obrigada, Sílvia.

Presidindo a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro abertos os trabalhos desta audiência pública, convocada para debater a gestão dos serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica na cidade de São Paulo.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

As inscrições para o pronunciamento remoto foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo e as inscrições, aqui, podem ser feitas na Secretaria da Câmara. Já estão abertas – quem quiser, pode se inscrever para fazer o uso da palavra aqui, com a gente também ou via *chat* também, aqui. Para quem está assistindo *on-line*, pode se inscrever, que a gente faz a inscrição para fala *on-line*.

Para essa audiência, foram convidados o Sr. Carlos Bezerra Jr., Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e foi confirmada a presença da Sra. Vanessa Helvécio, Coordenadora da Proteção Social Especial. Se a Sra. Vanessa estiver presente, por favor.

A Sra. Soninha Francine, Secretária Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania. Por favor, Soninha. A Soninha estava ali. A Sra. Rosilene Pimentel, da Comissão das Redes de Enfrentamento à Violência contra a Mulher na cidade de São Paulo. Está presente.

Fiquem à vontade, gente. Boa noite.

A Sra. Maria Angélica, Coordenadora do Grupo de Trabalho em Gênero do Observatório de Políticas Públicas do TCM-SP, que enviou como representante a Sra. Suelem Lima Benício. Está aqui? Suelem, se estiver presente, está convidada também a compor a Mesa.

Gostaria, já, inclusive, de fazer um agradecimento ao TCM, de forma geral, pela presença e pelo diálogo, que também tem feito conosco aqui.

Suelem está *on-line*, desculpe. Então ela já está presente, mas está *on-line*.

A Sra. Graziela Acquaviva, Coordenadora do Núcleo Violência e Justiça do Curso de Serviço Social da PUC-SP, por favor. A Sra. Tatiane Bias Fortes, do NUDEM, da Defensoria Pública. A Sra. Dra. Fabiana Rocha Paes, que é Promotora de Justiça.

Já, de antemão, quero agradecer a todas as trabalhadoras de serviços que estão presente para conseguirmos fazer esse diálogo. Agradeço a presença de todas as pessoas que estiveram até aqui. A gente tem percorrido um caminho, enquanto Mandato também, quanto Bancada aqui, na Casa, de tentar um diálogo com as trabalhadoras do serviço e com as redes de proteção às mulheres. Nós temos passado por algumas situações aqui, que a gente tem trazido e o contexto desta audiência também é fruto desta articulação com essas trabalhadoras do serviço, por conta de algumas questões que a gente tem enfrentado aqui no município de São Paulo, como vocês bem sabem – eu tenho certeza de que quem está sentado aí talvez saiba melhor do que a gente.

Nós temos três pontos principais, que talvez a gente faça parte desta audiência hoje, porque a gente gostaria de destacar. Primeiro: a viabilidade da proposta e orçamento previsto

para essa mudança estrutural, que a gente tem discutido sobre essa transferência dos serviços, tanto para SMADS quanto para Secretaria dos Direitos Humanos – na verdade, uma troca. Então a gente gostaria muito de conversar sobre a previsão orçamentária e como a Secretarias têm se organizado para isso.

O espaço de participação e escuta das trabalhadoras que executam a política de atendimento à cidade: como esse espaço de escuta tem servido de base para a construção dessas políticas públicas.

A metodologia e a importância do trabalho desenvolvido pelos CDCMs, pelo CRMs. A gente sabe que são serviços que têm atendimento extremamente especializados e com especificidades que são muito importantes e que contam, inclusive, com uma carga muito importante da construção que essas trabalhadoras têm feito na cidade de São Paulo. Então, a gente... na letra fria, quando a gente faz a nossa política pública, a gente teme que isso possa, de alguma forma, se perder e a gente gostaria de preservar.

Então, acho que isso são os pontos principais. A gente trouxe aqui algumas convidadas que a gente gostaria que fizessem o uso da fala, primeiramente, antes de a gente abrir para os inscritos, e a partir e ao longo da audiência, nós vamos abrindo à palavra também, para que a Mesa consiga responder aos questionamentos. Tudo bem, então?

Nós vamos pedir para que as falas sejam de cinco a dez minutos, no máximo, porque senão, pelo horário, a gente não consegue ouvir todo mundo. Então, não sei, Soninha, se vocês querem começar, ou se...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Então nós começamos, então, com a Vereadora Soninha, Secretária Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Boa noite a todas as pessoas presentes.

Quero dizer aqui, na abertura, mais ou menos o que eu disse à TV Câmara: que a gente está vivendo um momento de bastante insegurança e tensão, em grande medida, porque

não necessariamente estamos todas na mesma página – talvez algumas áreas das Secretarias tenham mais informação do que os serviços ou que uma Secretaria entenda mais sobre uma determinada situação do que a outra Secretaria. Todas essas mudanças, todo o reordenamento que transfere os serviços de uma Secretaria para outra, naturalmente geram essa insegurança.

Eu tenho a confiança de que não que a gente saia daqui com tudo equalizado, tudo resolvido, mas pelo menos com um avanço no nível de informações disponíveis para todas as pessoas envolvidas. Então, dizer algumas coisas que a gente já tem certeza e outras coisas que não há como a gente saber exatamente, sem ouvir quem está na ponta.

Então, vamos, a partir das perguntas de vocês, lógico, oferecer algumas garantias e da nossa parte, compartilhar algumas dúvidas também, que é impossível saber responder sem ouvir todas as partes envolvidas. E também não é hoje que se encerra essa conversa; nós vamos continuar conversando, não só até concluir o processo do reordenamento, como principalmente depois que os serviços tiverem, no caso os CDCMs, aqui sobre a Gestão de Direitos Humanos e a Casa de Passagem, Casa Abrigo em SMADS.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Soninha.

Vanessa, por favor.

A SRA. VANESSA HELVÉCIO – Bom, gente, boa noite.

Pessoal, acho que vou corroborar um pouco com a fala da Secretária, no sentido de dizer que esse processo tem sido feito de uma forma muito devagar, exatamente na perspectiva de que a gente não tenha um impacto, né? No que é prioridade para a gente, que é o atendimento à mulher em situação de violência.

Então, a gente tem feito discussões, a área técnica tem feito discussões e eu estou na Coordenação da Proteção Social Especial desde o dia 15 de abril – pouquinho tempo, mas eu sou da área, sou servidora de carreira, eu estou na Secretaria há dez anos, então eu acompanho, já fiz gestão de parceria, inclusive desses serviços e a gente vem discutindo, porque isso é muito importante que aconteça.

A gente tem um cenário pós-pandêmico, aí, de um momento crescente da violência,

inclusive dentro dos nossos próprios serviços, enfim, pautas que a gente vem discutindo. Então nós temos sido muito cautelosos nesse processo da transferência, no sentido de que não haja um impacto. Acho que em termos legais, a gente pode dizer que temos uma minuta de decreto tramitando entre as duas pastas, que trata das transferências dos serviços da média complexidade, que hoje estão na média complexidade na Secretaria de Assistência Social, e a transferência dos serviços de alta complexidade que estão sob a gestão da Secretaria de Direitos Humanos para a Secretaria de Assistência Social.

É importante colocar que a Secretaria de Assistência Social não detém a Casa de Passagem, a gente não tem nenhum serviço. Então seria a transferência dos que já existem.

No nosso estudo, e aí é importante falar que a gente está em um processo de revisão da Portaria 46. Para quem está na Secretaria, sabe que a gente está na etapa de colher os dados e as informações sobre a execução dos serviços na prática. Acho que isso tem uma importância para a gente também transferir para Direitos Humanos o que as áreas falaram sobre a atualização da Portaria dos serviços que estão hoje em vigência.

O serviço de Casa de Passagem já está tipificado pela Secretaria de Assistência Social. Então a gente tem uma portaria que foi publicada no ano passado, que tipificou esse serviço, já antecipando esse processo da transferência.

Acho que é importante colocar que a Secretaria de Assistência Social é norteada pelo Sistema Único da Assistência Social. A gente tem uma portaria que tipifica os serviços nacionalmente.

É importante colocar também que a cidade de São Paulo tem uma particularidade. Aliás, temos particularidades para todo tipo de serviço na assistência social na cidade de São Paulo. Por sermos uma megalópole e termos muitas outras demandas, há serviços que foram tipificados e que estão em execução, mas não estão previstos na tipificação nacional dos serviços, do Sistema Único da Assistência Social.

Então a versão que existia do RH e da equipe técnica da Casa de Passagem que está hoje em Direitos Humanos não é a linha que norteia a equipe de atendimento no Sistema

Único de Assistência Social e está tudo bem.

Então foi feito um estudo, em cima dele houve uma junção, apesar de eu não ter participado, fui um pouco atrás para entender do que dizia o RH e do que contemplava aquilo que está dentro da legislação da política de assistência social para poder atender a execução da Casa de Passagem.

Então eu acho que a gente, hoje, está numa fase de concluir o decreto que faz as transferências, enfim, a gente já... Enquanto área técnica, a gente diria que está bem encaminhado. Agora, acho que a gente precisa mesmo tratar, enquanto Secretarias Direitos Humanos e Assistência Social, a Secretária está aqui, exatamente, sobre um cronograma de transferências.

Enquanto respondendo pela Coordenação de Proteção Especial, e os equipamentos que estão sob a nossa responsabilidade hoje, a gente entende que isso não pode ser feito, simplesmente, vamos pegar o povo e transfere para outro lugar. Tem um processo de transição, eu entendo que a Secretaria de Direitos Humanos corrobora com a fala de que a gente precisa fazer isso de uma forma muito organizada.

Em relação ao orçamento, essa discussão a gente também já teve enquanto Secretaria, do ponto de vista dessa transferência e do que está, hoje, no orçamento da pasta ser transferido para a outra pasta, para dar continuidade. Assim, o que está na pasta de Direitos Humanos ser transferido para a Assistência Social; eu acho que é mais ou menos nessa linha que nós vamos caminhar.

Eu queria dar um panorama sobre a nossa rede de serviços, hoje, na cidade de São Paulo, especificamente, no atendimento às mulheres, sejam vítimas de violência ou não.

A gente tem cinco centros de acolhida especial, que são sigilosos, que totalizam 100 vagas na cidade. Há um na Leste, dois na Sul, um na Oeste e um na Norte.

Onze centros de acolhida especial para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, totalizando 876 vagas. Na Sé, Mooca, Vila Prudente, Penha, Ermelino, São Miguel, Santo Amaro, Guaianases e Santana. Esse referenciamento é na base das Subprefeituras.

A gente tem um serviço que está tipificado como municipal, que é de gestantes, mães, bebês e puérperas. A portaria desse serviço foi atualizada recentemente, era um serviço de 50 vagas, virou para 100. Mas acho que o diferencial nessa atualização é que a gente recebia, nesse serviço, mulheres gestantes ou com bebês de até seis meses.

Nós fizemos uma alteração passando para seis anos, caracterizando a primeira infância e discutindo pautas do ponto de vista que sei que a maioria dos serviços sofrem, que a gente tem discutido nos nossos serviços hoje, que é quando a mãe está gestante, vai ter o bebê, e pensa: “onde deixo o meu filho?”.

Essa é uma pauta que a gente tem discutido na Secretaria, da perspectiva de a gente poder dar para as equipes desses serviços a possibilidade de executar um trabalho de forma qualificada.

Então, eu acho que dentro das mudanças que vão acontecer, no decorrer do semestre, na Portaria 46, as gestantes, mães e bebês, já aconteceu uma mudança que vai até crianças com até seis anos.

A gente tem 16 centros de acolhidas mistos, que atendem homens e mulheres sozinhos, desacompanhadas de filhos, mulheres adultas. Estão em Aricanduva, Butantã, Casa Verde, Ipiranga, Jaçanã, Lapa, Mooca, Penha, Santo Amaro, São Mateus, Sé e Vila Mariana, totalizando 820 vagas.

Duas repúblicas femininas adulto, uma em São Mateus e outra em Santana; três centros de acolhida especial para mulheres trans, em Santo Amaro, Sé e Santana, totalizando 90 vagas; 15 centros de defesa e convivência da mulher, que é o serviço com um processo de tramitação para transferência para Direitos Humanos, no Butantã, Cidade Tiradentes, São Mateus, Cidade Ademar, Itaim Paulista, Itaquera, M'Boi, Vila Prudente, Sé, Vila Mariana, Campo Limpo, Ipiranga e Casa Verde. Há dois em implantação. Totalizando 1.610 vagas.

Acho que hoje é um pouco do que a gente diz sobre a rede de atendimento do serviço à mulher, seja ela vítima de violência ou apenas em outras vulnerabilidades.

Acho que é importante colocar que o processo de revisão da Portaria 46, que a

equipe tem até o mês de julho para entregar a revisão, o caderno completo, mas, enfim, discutindo mais a pauta de mulheres. Recortes que a gente está levando em consideração, exatamente são esses em que as equipes se colocam com as dificuldades para a execução na ponta.

Quando eu cheguei na Proteção Especial no início de abril, dado o tempo ser curto para a gente acrescentar algumas coisas, eu ainda entendi que a gente necessitava muito da consulta das áreas. Então a gente soltou um *Google Forms* onde as pessoas puderam contribuir, além da consulta pública que nós vamos soltar do texto, depois, na perspectiva de a gente pensar a forma de qualificar os nossos serviços.

A gente entende que os modelos e as formas como os serviços foram construídos no decorrer dos anos não atendem mais a demanda da cidade. O que a gente tem se debruçado, enquanto Proteção Especial, enquanto Secretaria, e o Secretário Carlos Bezerra, enfim, é na perspectiva de a gente qualificar.

A gente tem trabalhado na perspectiva de abrir serviços, é óbvio, porque a gente tem necessidade de abertura de serviços, mas a gente tem pensado na necessidade de qualificar. Acho que a experiência de ter ficado seis anos coordenando um CREAS no fundo da zona Sul, na região do M'Boi Mirim, me traz muito desse lugar de o quanto os territórios sofrem com as demandas que nos apresentam por aí.

Acho que era um pouco disso. Estou à disposição para tirar dúvidas.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Apenas acrescentar um ponto.

A Vanessa falou da revisão da portaria. Na verdade, a gente tem uma perspectiva muito boa de que o próprio CNAS revise a tipificação. Afinal de contas, é de 2009. Então esse também é um momento de mobilização social para essa atualização da descrição dos serviços em nível nacional.

Aliás, quanto mais a gente tiver um parâmetro mínimo mais uma atenção às singularidades de cada município, de cada território, melhor.

A SRA. VANESSA HELVÉCIO – Só para acrescentar isso que a Secretária falou, eu

pedi uma conversa com o Diretor da Proteção Especial do Ministério, ele esteve em São Paulo para outra agenda e acabou conseguindo achar um encaixe. A gente tem conversado muito, principalmente, para falar um pouco do lugar do que é a cidade de São Paulo. A gente não pode fazer comparação de tratar hoje, quando a gente pensa em nível de gestão em qualquer outra coisa para o Ministério, nós somos equiparados a Guarulhos e Campinas. Isso é muito desproporcional para o trabalho e para o atendimento que a gente tem na cidade de São Paulo.

Então a gente está no processo de construção para que o Ministério também colabore com a gente nessa revisão da portaria.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Vou convidar agora a Sra. Tatiana Bias Fortes, do NUDEM.

A SRA. TATIANA CAMPOS BIAS FORTES – Boa noite.

Primeiro, quero agradecer o convite. A gente na Defensoria costuma sempre participar dessas audiências por entender a importância de somar, mesmo, de escuta. Inevitavelmente, a gente exerce um poder quase que fiscalizatório, porque as mulheres chegam na Defensoria com reclamações, é a gente que tem que fazer, às vezes, essa articulação para entender onde está o problema. Como vocês falaram, às vezes é muito mais do que falta de vaga, mas uma qualificação do serviço.

Fico feliz em participar dessa discussão. Eu acho que a ideia realmente é a gente se somar e contribuir, ver na perspectiva de cada pessoa de onde ela fala, para tentar pensar realmente como qualificar esses serviços e como que a gente pode, enfim, melhorar o atendimento para as mulheres.

Então a minha contribuição aqui é mais de escuta, mesmo. Estou à disposição se alguém tiver alguma dúvida, mas a ideia é escutar, ouvir ideias e se somar a este espaço.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Tatiana.

Quero chamar a Dra. Fabiana Rocha Paes.

A SRA. FABIANA DAL'MAS ROCHA PAES – Boa noite.

É uma satisfação, Vereadora Elaine, estar aqui nesta Mesa com a senhora e com outras colegas de luta, de trabalho.

Meu nome é Fabiana, na verdade, tenho me apresentado como Dal'Mas porque é o sobrenome da minha mãe. Eu sou uma feminista, como boa feminista, uso o meu sobrenome materno.

Sou Promotora de Justiça, trabalho há 23 anos defendendo mulheres vítimas de violência. Eu quero externar uma certa preocupação e inquietação que eu tenho na questão do quanto nós andamos para trás em termos de inequidade de gênero. Nós só vamos poder falar em combater violência de gênero quando nós tivermos equidade de gênero.

O que observo também, como pesquisadora, é que nos últimos anos o Brasil, por exemplo, ocupou a posição 94 entre 146 países no índice de desenvolvimento de gênero. Enquanto que, em 2015, nós ocupávamos a posição 85, entre 145 países. Então vejam vocês: nós melhoramos? Essa reflexão que eu gostaria que a gente partisse desse ponto, dessa reflexão.

Dentro da atuação do Ministério Público, o nosso papel aqui é de escuta também em relação à rede. O nosso papel é também de fiscalização e sugestão.

Há duas semanas, nos reunimos virtualmente com o Secretário de Assistência Social para externar a nossa preocupação em relação, por exemplo, aí eu vou pontuar um serviço, apenas para externar a preocupação. Foi o chamamento público para a Casa Rosângela Rigo. De fato, nesse chamamento, houve o aumento do número de vagas de acolhimento de 20 para 30 vagas, mas houve uma diminuição de verbas de R\$ 161.172,00 para R\$ 112.138,00.

Então como que nós vamos conseguir ter um serviço de qualidade, se a gente aumenta o número de vagas e diminui o orçamento? Gente, as mulheres brasileiras estão cansadas de a política pública ser tratada como fator de benemerência. Nós não precisamos de benemerência, nós não precisamos dessa política que nos trata como se todas essas questões serão resolvidas pela sociedade civil ou em forma de benemerência.

Nós precisamos entender a relação do orçamento com a prestação de serviços. Isso

é um direito para o Ministério Público, não é favor para nenhuma de vocês que estão aqui, porque nós arrecadamos tributos que entram nos cofres. Essa prestação de serviços é uma obrigação tanto do que está contido na Constituição Federal, quanto o que está contido nos tratados internacionais que o Brasil é signatário.

Então, quando a gente observa que o Brasil caiu mais de 10 posições, nos últimos 10 anos, não. O meu pensamento, embora eu faça a minha culpa também, porque eu trabalho num equipamento do estado, no Ministério Público, e nós também devamos estar falhando em alguns aspectos. Mas não me parece que tenhamos avançado. Então é essa provocação que eu queria fazer.

Também, Vereadora Elaine, que a gente possa repensar a política assim como o Direito, não como um território masculino que discrimina, que violenta, que faz com que as mulheres não se sintam amparadas aqui dentro desta Casa. Então, toda a minha solidariedade às mulheres que trabalham na política, porque não é fácil. Vocês são heroínas.

Meu agradecimento por estar aqui, meus ouvidos para ouvir e tentar para colaborar, de alguma forma, com este debate.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Dra. Fabiana Dal'Mas.

Pergunto à Suelem Lima Benício, do TCM, que está *on-line*, se gostaria também de fazer uso da palavra agora. Ela está falando, mas a gente não está ouvindo. É o microfone. Está mudo.

A SRA. SUELEM LIMA BENÍCIO – Vocês me ouvem?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Agora, sim. Obrigada, Suelem.

A SRA. SUELEM LIMA BENÍCIO – Primeiramente, queremos agradecer o convite.

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo tem se engajado nessa discussão muito em demanda do próprio conjunto da sociedade que tem procurado o Tribunal nesse papel

de órgão fiscalizador, a partir da sua função do controle externo, para acompanhar essas demandas trazidas tanto pela sociedade organizada, pelo grupo de mulheres, como pelas trabalhadoras. Então a gente tem buscado, a partir do nosso lugar de atuação, colaborar com essas avaliações.

O Tribunal de Contas está no processo de realização de uma auditoria operacional, em relação aos equipamentos de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica. Esse processo de auditoria já foi concluído, está no devido processo legal. Foi encaminhado às Secretarias, que já nos retornaram, ainda estamos no processo do jurídico para poder ir à julgamento, e a gente poder disponibilizar o documento.

No âmbito do observatório de políticas públicas, a gente constituiu nessa relação um GT de gênero, que é coordenado pela Dra. Maria Angélica Fernandes e por mim, como Coordenadora Adjunta. A gente tem pautado tanto a partir das questões internas do órgão, quanto a partir das demandas da sociedade civil de uma forma geral.

No nosso lugar estamos no diálogo, profundamente agradecidos de poder participar. Podendo, de acordo com os limites da nossa atuação, poder colaborar com esse debate.

É só isso. Boa noite. Estou aqui para o que vocês precisarem.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Suelem.

Quero aproveitar para agradecer ao Sr. Adriano Cremonesi, que representa a Presidência do Tribunal de Contas do Município, que se encontra presente na nossa audiência pública.

Convido agora a Sra. Graziela Acquaviva.

A SRA. GRAZIELA ACQUAVIVA – Boa noite a todas e a todos.

Agradeço o convite à Vereadora Elaine e toda a Comissão das redes que estão presentes, todo mundo bastante preocupado com a continuidade... (Falha na transmissão) ...principalmente, com a qualidade desses trabalhos.

Vereadora, eu trouxe um Power Point, já mostrei para as pessoas, mas a Kelly já me deu muita bronca, porque eu vou demorar mais do que 10 minutos. Então assim: sou filha de

italianos, sou professora. Posso falar um pouquinho a mais?

A SRA PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Um pouquinho a mais, tudo bem.

A SRA. GRAZIELA ACQUAVIVA – Eu procurei fazer uma apresentação, porque acho que é assim: a maioria das pessoas que estão presentes, todos trabalham com as questões de violência contra as mulheres e o que eu tenho lido das documentações...

Antes de mais nada, sou assistente social de formação, sempre trabalhei com as questões relacionadas a vítimas de violência. Primeiro, no Tribunal de Justiça e, depois 20 anos, na Casa Eliane de Grammont.

Estão aqui as colegas de equipe: Branca Papareti, Aline Silveira, a Maria Elisa dos Santos Braga, Alice Siqueira, a Márcia. Nós fomos uma equipe durante 15, 18 anos, onde montamos, praticamente, a metodologia do trabalho de atendimentos a mulheres em situação de violência. E parece que as últimas administrações têm feito uma diluição da Casa Eliane. Está se perdendo o espaço físico, se perdendo a história, se perdendo o conteúdo e está se perdendo a possibilidade de a gente transferir esse conhecimento.

Acredito que fazemos parte na Prefeitura de São Paulo, desde a primeira geração de profissionais que trabalham com violência contra mulher, que não seja dentro da polícia. O que nós tínhamos em 85? A Delegacia, o COJE, o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento, que era Assistência Social e a Procuradoria Judiciária e um abrigo.

A Casa Eliane foi o primeiro serviço público do país, onde procurou trabalhar com uma perspectiva do ponto de vista, primeiro, da incorporação do feminismo no poder público, que é a coisa mais difícil que existe. A segunda, é incorporar a perspectiva de gênero, ou seja, não trabalhar com a perspectiva da vitimização das mulheres, não deslocar as mulheres no isoladamente, mas percebê-las no contexto social.

E, a partir daí, a gente construiu todo um trabalho socioeducativo. E do material que eu li, principalmente do manual de atendimento às casas de acolhimento, não tem nada escrito. Não tem uma única vez escrito trabalho socioeducativo. Está lá oficina sociocultural. Mulheres

que vivem em situação de violência e estão em risco de morte é trabalho socioeducativo, é trabalho assistencial, é apoio, é escuta qualificada, é processo reflexivo, não oficina sociocultural. Eu até posso ter oficina sociocultural, mas o cerne do trabalho é o atendimento mesmo, o atendimento profissional de natureza interdisciplinar. Porque violência é absolutamente complexo. Uma Secretaria não dá conta de atender violência.

Infelizmente, estou escutando a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos, a representante da SMADS, mas o que dá para perceber é uma leitura que não fala no âmago da violência. Está falando muito mais da burocracia, da transparência de verba, da equipe técnica, não serve uma equipe técnica, tem que ser outra. Mas a gente não está discutindo os mecanismos de reprodução da violência, a gente não está discutindo os processos de interrupção dessa violência, a gente está reproduzindo violência. A partir do momento em que essas mulheres não tiverem confiança em nós, na hora em que elas nos apresentarem as questões relativas à violência, elas vão confiar em quem? Existe um desalento, uma desconfiança institucional, uma descrença no trabalho institucional, hoje.

Então, se a mulher que vive violência, se ela passou pelo CRAS, pelo CREAS, pela igreja, conversou com os amigos, chega num centro de acolhida ou numa casa de atendimento ou num centro de referência, se ela não tiver uma escuta qualificada, e se essa escuta não tiver respaldo de trabalho para que ela possa repensar a vida, inclusive, para ter assistência e tudo o que for necessário, em relação à garantia dos seus direitos, ela não dá um passo para frente. Só queria reforçar isso,

Vou apresentar só uma parte dos *slides*. Pode ir passando, por favor.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. GRAZIELA ACQUAVIVA – Eu trouxe uma conceituação da Prof. Marilena Chauí, que usamos na Casa Eliane. É muito antigo esse texto. É de 84, mas tem sentido.

A filósofa trabalha com a concepção de que violência não é uma mera transgressão

de regra. Nas violências, seria transformar a diferença em desigualdade. As mulheres e os homens são diferentes. Por que tem que ser desiguais? Negros e brancos tem a cor da pele diferente. Quem falou que isso tem que ser estabelecido sem desigualdade? Quando a gente faz essa transformação da diferença em desigualdade, a gente acaba estabelecendo uma hierarquia: quem está acima, quem está abaixo.

E a gente também acaba trabalhando nessa perspectiva a construção de um pensamento que é você pode transformar a vítima em uma coisa, você pode transformar o sujeito numa coisa. E aí, vão ter todos os comprometimentos. Porque coisa, objeto, você não convida para participar, para refletir. Você cuida, você vitimiza, você não traz para reflexão. E só existe a possibilidade da superação da violência, aliás, eu li demais “superação da violência” – superação da violência é absolutamente o tópico.

Nós temos que lidar com processos de interrupção da violência que essas mulheres vivem. A busca lá na frente, é a superação da violência. A superação da violência é a gente superar as desigualdades de gênero, superar o machismo, enfrentar o patriarcado. Não dá para a gente pensar em uma proposta de superação de violência com oficinas socioculturais, sinto muito. A mulher está no abrigo, ela precisa ter atendimento do abrigo. O atendimento do Centro de Referência Especializado, atendimento qualificado. Só escutar, tudo bem, é respeitoso, mas é uma escuta que tem de ter uma resposta de uma ação interventiva.

A violência se opõe à ética. A gente trabalha sujeitos pensantes, como se fossem pessoas passíveis, inertes, mudas.

Pode colocar os quatro pontos que eu vou explicar. Prof. Sueli Almeida, essa é só uma explicitação teórica, porque a gente fala muito em violência doméstica. A Prof. Sueli Almeida, assistente social de formação, que sempre trabalhou com as questões de pesquisa de gêneros, de violência de gênero, com a Prof. Safiotti, faz uma distinção: violência contra as mulheres, a gente está falando o alvo a quem se destina a violência.

Violência doméstica é o lugar onde acontece a violência. Quando a gente fala violência doméstica, se todo mundo que estivesse aqui agora trabalhasse com criança e

adolescente, todo mundo entenderia a violência de adultos com crianças, de pais contra filhos. Se nós fôssemos um público de idosos, entenderemos violência de adultos contra os idosos, porque violência doméstica se refere muito mais ao lugar onde acontece a violência. E tem mais um problema, de não dicotomizar e separar o que é social, o que é a rua e o que é a casa. Tradicionalmente, vamos trabalhar a violência doméstica como se fosse do ambiente privado, dicotomizado, distanciado, como se aquela casa não pertencesse àquela rua, àquele território. Então, a gente descola isso.

Outra diferença que ela faz é a violência intrafamiliar, estaria afeto a tudo que se refere a laços de consanguinidade, a convivência entre as pessoas que se reconhecem enquanto família. Mas, para ela, família é uma das principais instituições onde se reproduz a desigualdade de gênero. A família é uma das principais instituições onde existe o patriarcado, quem manda e quem obedece. E nós, na hora de atendermos mulheres em situação de violência doméstica, agredida por autores de violência nas relações de intimidade ou relações familiares, estamos trabalhando com essa situação. Então como fazemos essa distinção?

Outra questão é o que ela prioriza. Particularmente, eu e a nossa equipe trabalhamos com isso, a questão do gênero, da violência de gênero. Violência de gênero não é problema da individualidade dos casais. Não são 100 psicólogos colocados nas UBSs, que com a varinha mágica vão resolver todos os problemas de violência contra as mulheres. Se o problema é sociohistórico, se o problema é milenar, a psicologia é definitivamente importante, mas ela é insuficiente, porque o problema é social. Então trabalhar com gêneros nos dá a perspectiva de a gente poder singularizar aquela situação de violência contra as mulheres, mas jamais perder de vista a contextualização social, o segmento social a que ela pertence.

Aqui está carregado de mulheres negras. Se a gente for colocar a discussão das mulheres negras e da violência e o que o movimento das mulheres negras, das feministas negras tem denunciado o tempo todo, da importância de como a gente considera todas as questões articuladas com a questão racial é mais um elemento que a gente deve colocar na mesa para fazer essa discussão.

A discussão que a violência de gênero tem numa matriz central tem a ver com o gênero, classe e raça. É uma matriz hegemônica que se reproduz em qualquer lugar do mundo, do planeta. Ela é milenar e acontece nas famílias, na escola, na igreja e ela se materializa nas relações de trabalho, no quadro político partidário. Estão aí as denúncias do que é a questão da violência contra as mulheres no mundo da política, nas relações sindicais, na divisão social do trabalho e nas organizações da sociedade civil.

Esse quadro acho que é legal. A violência de gênero é sempre relacional. Ela é feita em bases hierarquizadas. Ela é uma violência física que não se mantém sem a violência simbólica. Vamos pensar no crime de ameaça. Eu levantei o número de boletins de ocorrência de crime de ameaça. Se a gente fosse pensar, o crime de ameaça talvez seja um dos mais perversos, um dos mais sofisticados, porque ele acontece entre quatro paredes e, na maioria das vezes, você não tem testemunha. Ele tira a instabilidade, tira a segurança do ir e vir de pensar das mulheres. Então dá para a gente pensar um pouco no tamanho da perversidade disso e do significado simbólico que tem a violência de gênero.

Se ela é societária, se ela é histórica ou se ela é estrutural, quando ela se reproduz na vida conjugal é a maneira mais simbólica que tem de garantir essa reprodução do poder, de exercer essa dominação. E aí as mulheres – acho que quem trabalha, quem está no atendimento direto, já deve ter identificado isso – apresentam desamparo, solidão, isolamento, confusão mental, depressão, desgaste emocional, hipertensão, autoboicote e por aí podemos enumerar. Se a gente perguntar para cada uma de vocês, que faz o atendimento, vocês vão elucidar com uma questão.

Esse é o ciclo da violência. Acredito que todo mundo conhece, principalmente para nós que trabalhamos. Tem sempre um momento em que as coisas estão acontecendo, vai acontecendo as tensões, os insultos, as ameaças, agressões, episódios agudos de violência e depois vem o pedido de perdão, o pedido de desculpa. Depois começa tudo de novo. Então, cabe a nós, profissionais, fazermos essa discussão com as mulheres para ver quantas vezes elas já viveram essa situação.

A Organização Mundial de Saúde, em 96, 97, fez uma pesquisa que era a rota crítica da violência doméstica na América Latina. Sete países participaram, menos o Brasil. E uma das questões mais importantes é que as UBSs acabam, nos outros países, significando o lugar de portas abertas mais próximo que as mulheres têm para falar. Por exemplo – vai medir a pressão, a enfermeira fala: “mas a senhora já veio medir a pressão ontem. A senhora veio aqui hoje de novo?”. Ela responde: “Sabe o que é? Aconteceu isso, isso, isso. Meu filho fez isso, meu marido fez isso. Eu tive esse e esse problema”. Então o primeiro lugar onde as mulheres falam sobre violência, principalmente, seria nas unidades de saúde.

A OMS desenvolveu a pesquisa e acabou construindo a rota crítica da violência doméstica, ou seja, cada vez que uma mulher vai procurar um serviço, ela acaba se identificando com um sujeito, com uma pessoa que ela pode, ou deveria estar começando a estabelecer um vínculo de confiança. A partir do momento que ela procura, ela vai dizer o que ela precisa. Quais são os elementos que ela tem? Isso que a gente chama de escuta qualificada, que se fala em qualquer lugar. Mas eu estou escutando quais são os elementos em que ela está sendo colocada em risco de morte? O risco de morte que ela está apresentando é eminente? Dá para me dizer que isso não vai acontecer? O que ela está apresentando de complexidade em relação à violência que ela vive? Não é só preencher o formulário. Mas é o impacto da violência que ela vive na vida dela e como isso interfere na conduta dela?

O Instituto Patrícia Galvão fez uma campanha, quando você tem uma mulher violentada dentro de uma família, que ela vive violência dentro da família, a família inteira fica impactada, não é só ela. Ela procura o serviço. Se o serviço tiver uma escuta, se ela tiver uma rede de apoio, se eu tiver assistência, se ela tiver orientação, ela vai caminhar por caminhos que vão fazer com que ela possa ir construindo processos de interrupção com a violência. Se esse serviço não der a escuta qualificada... como é que a Simone Diniz falava com a gente no início da Casa Eliane? “Graziela, as mulheres têm que vir aqui e quando elas falarem, elas têm que saber que tem eco o pedido de justiça, que elas estão pedindo”. Se as mulheres sentem o que elas estão conversando com os profissionais, o que elas estão relatando de violência, tem um

sentido de busca por justiça e que ela é reconhecida nessa busca por justiça.

Não estou falando do que está escrito na Lei Maria da Penha. A Lei Maria da Penha significa uma parte dessa busca inteira da justiça. Se ela tem esse eco, se ela sente que está sendo reconhecida, ela vai participar do trabalho, vai ser encaminhada, vai retornar. Você vai conseguir fazer os atendimentos. Se ela não tiver, isso seria um dos fatores impulsionadores, o que movimenta uma mulher para ela fazer uma busca?

Conversando com uma amiga, vendo uma campanha na TV, lendo um folheto na UBS, vendo uma campanha na UBS, no CRAS, ou em qualquer lugar, ela vai procurar ajuda. Ela teve escuta nessa ajuda. Foi reconhecido o seu pedido. Então ela continua para frente. Se ela percebe que é mais uma no atendimento e que ela não está sendo reconhecida na sua busca por justiça, que a sua escuta por violência parece que somou só mais um caso de atendimento, ela não retorna.

Hoje em dia a gente tem uma crítica dizendo assim: “Ah, mas a gente propôs o trabalho e as usuárias não aderiram”. Quem adere? Não é questão de aderência. É questão de ser reconhecido naquilo que você está solicitando, naquilo que você está demandando, porque você está vivendo uma situação de violência. Se é verdadeiro o que as pesquisadoras falaram, de que as mulheres vivem em desamparo apreendido, de que as mulheres vivem uma solidão. Elas vivem uma solidão, quando começam a enfrentar como irão resolver uma situação de violência. Estão lá as medidas protegidas, está lá a retirada do agressor da moradia. São inúmeras as iniciativas, mas as situações de impunidades são enormes também. Então essa mulher se sente intimidada. Temos sempre que analisar o território onde ela vive, que relações existem nesse território.

Só mais um, daí encerro. Essa é a convenção do Belém do Pará. A convenção que acaba definindo, que acaba sendo replicada na Lei Maria da Penha e aí entra a questão que eu falei, dos documentos que eu li. Não estava escrito violência de gênero, estava escrito violência contra as mulheres, mas lá na própria Convenção do Belém do Pará estava escrito que violência contra as mulheres é qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano,

sofrimento físico, sexual, psicológico, no âmbito público ou no âmbito privado.

Esta audiência, hoje, representaria algum risco de a Prefeitura de São Paulo não estar trabalhando diretamente para prevenir as situações de violências? Ela estaria tolerando as questões de violência existentes na cidade de São Paulo? O desmonte das políticas públicas, o desmonte da Casa Eliane, a revisão de todo decreto de colocar mais atendimento na Casa Rosângela Rigo, o que é isso? Isso é violência de gênero perpetrada pelo Estado, ou é uma ação burocrática de distribuição do orçamento de uma racionalidade administrativa? Talvez a gente tenha que aprofundar, ter mais audiências públicas, ter mais escuta de vocês para poder tomar essas decisões. E só mais um, é o do funil.

Esses são os BOs que aconteceram: 8.770 na cidade de São Paulo.

Só mais um – eu vou terminar, Vereadora, só mais um, esse do funil, não sei se dá para vocês perceberem: é um funil muito mal feito, muito doméstico, mas eu procurei colocar ali. Nós seríamos, a população estimada de São Paulo, seriam 12 milhões, 51% de nós, mulheres, 6 milhões e 200 mil mulheres. A gente teve, só no mês de março, quase 9.000 ocorrências policiais na capital, de violência contra as mulheres, mas a gente tem quanto resposta do Estado: 9 delegacias na capital, 460 UBSs, mais ou menos, 54 CRAS, 29 CREAS, eu consultei um *site* chamado... na conta dos 29, depois a gente faz a conta dos 32, na conta dos 29... o *site* da Prefeitura é completamente desatualizado. Aí, no *site* do posto de saúde está lá o cálculo: uma UBS é calculada para quantos mil habitantes, tal, aí um CREAS em São Paulo, considerando os 29, cada CREAS teria em média quase 400 mil pessoas de atendimento, 388 mil. Isso é o despropósito. Se a gente fosse considerar que o Sistema Único de Assistência Social tem que trabalhar com as pessoas em situação de vulnerabilidade de risco social.

Mas, no conjunto dessas coisas, nós vamos ter quatro centros de referência que vão virar CDCMs pelo decreto, a Casa Eliane vai ser desmanchada, vai virar um CDCM, vão ter 15 CDCMs, uma Casa da Mulher Brasileira, 7 abrigos e uma casa de acolhimento provisório. Então, se a gente pensar nesse funil, para 8.700 ocorrências num único mês, a gente só tem isso de serviços na capital. A Prefeitura não teria que responder... por dever talvez tivesse que responder

a 100%, mas por condições objetivas não é possível responder esses 100%. Mas, então, como é que a gente minimiza essa defasagem? Poderia ter um CDCM em cada distrito. São 96 distritos. Terminei, é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Rosilene Pimenta.

A SRA. ROSILENE PIMENTA – Boa noite a todos, todas e todes.

Estou hoje aqui como representante da Comissão das Redes de Enfrentamento, mas gostaria de me apresentar, vou tentar não me alongar, mas a fala da professora foi de extrema importância para pensarmos um pouco e refletir sobre a complexidade da violência contra as mulheres. Então, vou falar da relevância e por ter sido muito bacana a nossa Vereadora ter autorizado a ela completar a sua fala.

Eu sou assistente social, além de estar na Comissão das Redes de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, componho o coletivo Levante Feminista Contra o Femicídio e estou na coordenação da Casa de Acolhimento Provisório Rosângela Rigo.

Não vou me alongar em minha fala, mas gostaria muito, eu tinha trazido até uns mapas para mostrar a distribuição dos serviços, mas eu acredito que a fala da Graziela trazendo o funil já dá uma dimensão da rede especializada e não especializada que temos na cidade.

Mas, gostaria de falar também do papel e da atuação da Comissão das Redes de Enfrentamento na efetivação das políticas de enfrentamento da violência contra as mulheres. A Comissão das Redes tem atuado desde 2014 em diferentes frentes fazendo, tanto o acompanhamento da política, como reivindicando a sua ampliação, qualificação e aprimoramento para que se efetive de fato a atenção integral às mulheres em situação de violência, conforme está estabelecido, tanto na Lei Maria da Penha, como na Política Nacional de Enfrentamento, lá por meio dos seus quatro eixos.

É bom lembrar que a nossa cidade por ser, como a Vanessa lembrou, uma megametrópole, ela tem seis redes de enfrentamento à violência contra as mulheres, distribuídas nas suas diferentes regiões, onde tem sido espaço de muita potência, para tanto a articulação

dos serviços.

Então, é um espaço onde possibilita que os serviços discutam como a política está sendo efetivada em seus territórios, como também discussões de casos, entre outras ações feitas conjuntamente. Também é um espaço onde muitas ações socioeducativas são realizadas, principalmente pensando na capacitação continuada dos profissionais, discussões que vêm ao encontro de desafios encontrados nessa complexidade, que é atender as mulheres em situação de violência e, sobretudo, e aí é o papel que a rede hoje me colocou aqui, representando: que é a dimensão política das ações das redes enquanto Comissão das Redes de Enfrentamento, que é lutar e reivindicar por uma política efetiva na cidade de São Paulo.

A Comissão das Redes tem um papel de extrema importância, pensando principalmente nas discussões descentralizadas para efetivação da política. E aí quando a gente pensa nessa situação atual que nós estamos vivendo, de pensar a transferência de serviços, eu trago provocações que foram discutidas, tanto dentro da Comissão das Redes, quanto em reuniões ampliadas, pensando nesses desafios e na forma que têm sido feitas as transferências.

A primeira questão, principalmente para as Secretárias, a representante da Secretária, da Secretaria de Assistência, que está aqui, é a questão, não é a transferência, já está dado que nós precisamos de uma reordenação dos serviços. A questão não é essa, o problema é a forma que está sendo feita. A Soninha citou um cronograma. Esse cronograma não está sendo discutido nas redes e nem pela Comissão das Redes.

Então, esse é um dos problemas que está sendo colocado em outras audiências públicas. Nós precisamos debater descentralizadamente como será essa transferência e a criação desse cronograma e uma racionalidade. Eu penso que precisa ter muita pauta de discussões descentralizadas, que é a racionalidade que está por trás da nossa Meta 18 do poder municipal, onde fala da ampliação da capacidade de atendimento da rede em 50%.

Nós precisamos ampliar atendimentos, nós precisamos ampliar o atendimento, a capacidade da rede. Como foi mostrado, a nossa rede ainda é muito incipiente para dimensão, nós somos 51% de mulheres no município. Então é muita gente, são muitas mulheres, e

mulheres em sua pluralidade. Quando nós falamos em aumentar a capacidade, nós precisamos falar também de aumentar a estrutura dos serviços, ou ser ampliada, ou pelo menos mantida, mas ampliadas e não reduzidas, que foi o que aconteceu recentemente com o edital que caracterizou a transferência da casa de acolhimento da Secretaria de Direitos Humanos para a Secretaria de Assistência Social.

Então, a organização que hoje faz gestão da casa de acolhimento provisório, a União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, se posicionou publicamente que não concorreria ao chamamento por não ser conivente com essa redução e por nós estarmos falando de uma estrutura de serviços, que vem respondendo a demandas históricas do movimento de mulheres e das mulheres em situação de violência. Mas a rede como um todo e as demais Organizações Sociais responderam. Eu falo que foi uma resposta silenciosa, que também não estariam sendo coniventes com isso, ao edital ser publicado como deserto. Então, se eu pudesse eu bateria palmas. E é isso, é por isso que a gente está lutando.

Quando nós estamos reivindicando isso, nós falamos que é reduzir estruturas dentro de um cenário onde estudos e pesquisas, agora no início de março, do Fórum de Segurança Pública. Foram incisivos em falar que a violência contra as mulheres aumentou, foram mais de 50 mil mulheres que sofreram violência física no ano de 2022. A cada seis horas uma mulher sofreu feminicídio, mais de 50% das mulheres não pediram ajuda, após o seu pior episódio de violência. Isso significa que nós não podemos reduzir estrutura nenhuma. Nós temos que nos manter discutindo e ampliando estruturas.

Então, Secretárias representantes da Secretaria, a nossa reivindicação é: queremos participar, enquanto controle social, por meio da Comissão das Redes. Que as trabalhadoras sejam escutadas, que seja uma construção coletiva para esse reordenamento que está posto, que é necessário, mas que precisa ultrapassar as questões burocráticas e olhar mais a fundo na complexidade das situações de violência e nesse quadro que é ainda agravante para a gente pensar em redução de estrutura.

Só para não me estender muito, mas a Vanessa traz algumas questões

extremamente pertinentes. Rever as tipificações é algo que perpassa as nossas discussões, perpassa quanto mais a gente conseguir ampliação e a implementação da Lei Maria da Penha e suas ações de proteção às mulheres. Possivelmente nós vamos chegando mais próximas a uma realidade social, que antes não era conhecida. Então, possivelmente, as tipificações realmente não dão conta mais dessa realidade que está desvelada.

No entanto, me chama a atenção, e aí gostaria de chamar a atenção da Secretaria de Assistência, para debatermos que é, se há um conhecimento técnico da Secretaria que as tipificações, tanto municipal e nacional, não estão dando mais conta, como é que nós tipificamos o serviço como casa de acolhimento, reduzindo a estrutura, sabendo que essa referência que nós temos dentro da política de assistência. E, de forma nenhuma, estou questionando a importância da política de assistência. É de extrema importância, mas não dá mais conta. Então, a gente precisa realmente ouvir a base, precisa ouvir a base.

A nossa solicitação é essa: vamos para uma discussão. Também sugerimos aqui a revisão dessa tipificação da casa de acolhimento, que veio de cima para baixo. Não há registro de discussões na Comissão das Redes, não há registro de discussões com a organização que está fazendo gestão da casa, com as trabalhadoras, com nada. Enfim, essas são algumas das nossas provocações e estamos abertos a discussões.

A Comissão das Redes, só para finalizar mesmo, que eu estourei o tempo, produziu um documento em 2020, no âmbito da CPI, que estava acontecendo naquele momento, e esse documento ainda é muito relevante e cabível. E nós vamos protocolar, certo, meninas, que estão aqui presentes, vamos protocolar esse documento para que essas reivindicações sejam consideradas.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Primeiro quero falar, eu vi que chegaram várias mulheres depois que eu tinha dito já, só lembrar que as inscrições são feitas aqui na Mesa. Caso alguma mulher ainda queira se inscrever, pode fazer a inscrição na Mesa, que a gente chama para o uso da palavra.

A gente tem também 20 pessoas que se inscreveram, 19 pessoas que se

inscreveram previamente, então, nós vamos ter que ser bem... não sei a palavra. Temos que ser sucintas. E eu também tenho que fazer aquele papel chato de cobrar o tempo. A gente tem também um relógio, que está em cima para quem vier falar, em que se pode observar quanto tempo já está falando, porque costuma ajudar.

Só queria ressaltar aqui que temos feito uma discussão na Casa há dois anos sobre esses equipamentos e é importante a gente prestar atenção. Queria citar dois exemplos: um mais recente, que temos acompanhado, na verdade, não tenho acompanhado recentemente, mas tem ficado mais grave recentemente, e outro que é muito antigo.

Primeiro, eu vi que tem várias mulheres aqui do CDCM Casa Anastácia, em Cidade Tiradentes. A gente tem enfrentado um problema com espaço do equipamento com a Casa, onde fica o CDCM Casa Anastácia. A gente já tem conversado com SMADS há bastante tempo sobre essa Casa. Temos enfrentado lá nessa Casa, inclusive, situações de violência por parte de um vizinho, que tem ofendido e ameaçado, agredido mesmo verbalmente essas mulheres nesse espaço, e a gente não consegue retirar esta Casa. As trabalhadoras dos serviços, as mulheres atendidas pela Casa, inclusive já aceitaram, o que é um absurdo, mas vamos combinar, já aceitaram sair do espaço para um outro espaço que seja mais seguro, para que elas não sofram essa violência. A gente já está há mais de um ano sem conseguir fazer a transferência de um equipamento pela Secretaria. A gente não consegue transferir.

Em geral, a Secretaria aponta que temos dificuldades de achar equipamentos na Cidade Tiradentes. Isso é verdade, temos uma dificuldade, mas a gente também poderia ajudar o espaço a resolver esse problema, pois temos tido muita dificuldade.

Gostaríamos muito de apontar outra questão especial sobre a Casa Anastácia, que também sobre esse serviço de atendimento. É que temos uma dificuldade muito grande com a segurança desta casa em especial. Estava sem segurança, sem GCM para fazer a segurança da Casa, mesmo acontecendo todos esses problemas gravíssimos com uma pessoa indo e batendo na porta do CDCM, agredindo as mulheres e as trabalhadoras, e a gente só conseguiu que a GCM fizesse a segurança desse equipamento porque saiu na televisão, saiu no jornal o

problema que estava acontecendo lá. Aí, rapidamente conseguimos.

Mas, isso não é um problema apenas da Casa Anastácia. A gente não tem uma política para segurança dessas casas, que seja unificada para todas as casas. Esse é um grande problema. A gente até apresentou aqui na Casa um projeto de lei para conseguirmos discutir com as Secretarias sobre como a gente pode implementar políticas de segurança e discutir com as trabalhadoras do serviço também. Mas isso é grave, visto que a gente tem ali situações de extremo perigo mesmo para mulheres que já estão num espaço, que deveria ser um espaço para que elas fossem atendidas justamente nesse tema.

Acho que outro caso importante de salientar aqui, que já foi até falado, é sobre a Casa de Passagem. Eu acho que vale afirmar a transferência, ela vai acontecer, está no Plano de Metas. Esse não é o nosso grande problema, mas como essa transferência vai acontecer. Não foram só as meninas que não se inscreveram para o edital, o edital foi deserto. O que a gente chama de deserto? Nenhuma organização, nenhuma entidade se inscreveu, porque provavelmente entende que esse serviço, do jeito que é aplicado hoje, não vai conseguir ser aplicado como o edital foi lançado.

Só para citar um exemplo, que é muito grave, muito peculiar: para uma casa como essa, os valores, por exemplo, para transporte foram absolutamente reduzidos. Hoje, a casa conta com o carro à disposição, com um motorista à disposição, isso é fundamental. Quem trabalha nesses serviços sabe da importância de um carro na transferência dessas mulheres, sobretudo no período noturno, sobretudo em territórios em que, muitas vezes, a gente não consegue nem solicitar um Uber, um aplicativo, não tem transporte público. E pela característica mesmo, porque às vezes a mulher precisa ser removida. O atendimento noturno também.

A gente falou agora na Mesa sobre um serviço unificado de atendimento, mas que as trabalhadoras que já estão na SMADS também reclamam muito desse serviço que é unificado. Então, a gente precisa conversar sobre como esse serviço unificado funciona e sobre como ele, por exemplo, poderia burocratizar a entrada das mulheres nesse serviço; o quanto isso seria ainda mais difícil e mais danoso para as mulheres, sobretudo na entrada nesse serviço, mas

também nesse atendimento de uma casa em que é necessário atendimento nos feriados, no período noturno e com uma equipe completa, inclusive, nesses horários, porque tem questões importantes.

Eu queria pontuar com esses exemplos; mas, na verdade, a gente vê uma precarização de fato na rede, nos serviços, no atendimento. Acho que os números que foram apresentados aqui não são ao acaso. A gente tem principalmente um Orçamento que vem sendo comido muitas vezes e que inclusive a gente não consegue nem identificar.

Outro exemplo é que a gente conseguiu suplementar Orçamento aqui na Câmara, do projeto de lei que tinha vindo para cá, a gente conseguiu suplementar em 4 milhões especialmente para mulheres, e esse Orçamento se encontra congelado hoje. A Secretaria não tem condições de executar porque a Fazenda congelou. Então, se a gente não discutir o Orçamento e quais são as medidas que as Secretarias estão tomando e discutindo com a Fazenda e com o Executivo, com o Prefeito para que essa verba de fato chegue às Secretarias, a gente não vai ter condições de implementar.

Eu gostaria, inclusive – porque a gente está falando da casa de passagem – de fazer mais outra pergunta, sobre outra casa de passagem que já deveria estar em funcionamento; que não estava em funcionamento por causa da pandemia, e a gente não sabe exatamente o que vai acontecer. No edital, a gente aumenta em 10 vagas – de 20 para 30 vagas –, mas, se essa outra casa estivesse sem funcionamento, teoricamente haveria 40 vagas. Essa opção é para reduzir o número de atendimentos? Na verdade, seria reduzir o número de atendimentos se nós vamos abrir mão dessa segunda casa. Então, na verdade eu queria entender como as Secretarias estão conversando sobre essa casa que deveria estar em funcionamento.

Eu não sei se a Silvia quer falar agora. (Pausa). Então, chamo a Silvia depois. Vou começar a chamar...

A SRA. FABIANA DAL'MAS ROCHA PAES – Vereadora, eu queria só um minutinho.

Dentro do que a Vereadora está falando, nós fizemos um levantamento e um parecer

técnico para a Prefeitura no seguinte sentido: na Casa Rosângela Rigo, por exemplo, a maioria dos atendimentos é das 17 horas até a meia-noite; 68% dos atendimentos. E com o número de profissionais previsto no edital, é absolutamente inviável organizar um sistema de revezamento entre os funcionários. Então, a gente apresentou ao Secretário; pena que ele não veio. Claro, mandou a representante, mas seria importante o próprio Secretário ouvir. Porque é interessante que os homens gostam de ocupar esses espaços na política, mas quando a política é para as mulheres, nem sempre eles estão presentes. É uma pena que ele não se tenha feito presente.

Além disso, nós também enviamos para o Secretário a informação que também a Sra. Vereadora apontou. Isso é muito importante, porque no edital da Rosângela Rigo também não tem a presença de segurança, seja privada seja de guarda municipal, o que faz com que as profissionais e as mulheres acolhidas nesse equipamento tenham problema de segurança.

Esses são alguns pontos, mas esse memorial, esse parecer, esse estudo que nós fizemos está à disposição da rede, se quiserem consultar; e nós já o apresentamos ao Secretário, como sugestão de melhora nesse processo de chamamento.

Era só isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Por nada. Você falou da Rosângela, também teve outro ponto que me chamou muito a atenção – e já concluo também, gente.

A previsão da transferência era 2022. Então, já foram feitos vários aditamentos, não é, Soninha? Conversei com a Soninha sobre isso. Aditamentos, porque a transferência não vai ser realizada agora. Só que isso também causa outro problema, porque as trabalhadoras ficam em uma situação de vulnerabilidade, porque esses aditamentos são feitos para seis meses. Então, quando falta um mês para acabar o serviço, você vai lá e adita para mais seis meses.

Então, vejam: há dois anos, as trabalhadoras estão nessa situação de não saberem se elas terão trabalho para mais seis meses, para mais um ano, para mais três meses. E é óbvio que isso também faz com que o serviço vá perdendo as trabalhadoras. Então, isso é muito ruim para as trabalhadoras e também é ruim para o serviço oferecido para as usuárias, porque há

descontinuidade. Então, é de fato uma situação extremamente grave, e concordo com a professora: isso é outra violência que está sendo praticada às mulheres que deveriam estar sendo protegidas.

Por todos esses motivos e por vários outros que tenho certeza de que as trabalhadoras têm mais condições de colocar, a gente chamou essa audiência pública para abrir esse diálogo, porque isso é fundamental. É preciso que esse diálogo seja de fato aberto, e não só a escuta, porque isso também acontece: a gente tem a escuta das trabalhadoras dos serviços, que é ignorada, essa escuta é depois ignorada na hora de implementar a política. Nossa ideia é que a gente consiga de fato fazer um diálogo que seja produtivo, para a gente fazer dentro das condições não o que a gente quer, mas o que é necessário para esses atendimentos.

Desculpem eu ter me estendido, vou começar a chamar. Temos 19 inscritas previamente e, por enquanto, 13 pessoas inscritas presencialmente. Irei intercalando as inscrições *on-line* com as presenciais. A primeira inscrita *on-line* é a Ana Beatriz dos Santos Vieira. (Pausa). Podemos combinar três minutos para fala? Tem o relógio ali em cima, mas vou lembrando quando o tempo estiver se encerrando. (Pausa) Ana Beatriz não está. Próxima, inscrita presencial, Nicole Ramos.

A SRA. NICOLE RAMOS – Boa noite.

Meu nome é Nicole, sou Coordenadora Estadual do Movimento de Mulheres Olga Benário e também sou assistente social da Casa de Referência para Mulheres Laudelina de Campos Melo, que é uma ocupação realizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário aqui, na Capital de São Paulo, no Canindé.

Primeiramente, eu gostaria de trazer uma reflexão ao plenário e à Mesa. Em 2022, uma mulher foi morta a cada 6 horas. Só no mês de fevereiro deste ano batemos o recorde de feminicídio, considerando o ano de 2022, e ainda não chegamos nem à metade do ano. A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo disse que dessas mulheres que foram mortas, 93% delas sofriam violência doméstica e pediram ajuda; a própria Secretaria reafirmou isso. O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres. A gente tem todos esses dados

amplamente divulgados, e, mesmo assim, a Prefeitura de São Paulo, as Secretarias escolheram reduzir a verba para o atendimento à violência contra a mulher e sucatear o serviço, como a gente vê a Casa Rosângela Rigo sendo amplamente sucateada. Não tem como a gente atender as nossas mulheres em um serviço que funciona 24 horas, e infelizmente é um dos únicos que funcionam 24 horas hoje no Estado de São Paulo. Não tem como a gente atender 24 horas e reduzir a equipe técnica; isso é impossível.

Além disso, esse sucateamento, essa precarização também tem um teor: é para privatizar esses serviços, é para que esses serviços sejam privatizados. (Palmas) E a privatização é uma política fascista desses governos; do governo Tarcísio, do governo do Prefeito Ricardo Nunes, que querem privatizar todos os serviços, não só o de combate à violência contra as mulheres, mas também outros serviços da assistência e da saúde.

Nós, do Movimento de Mulheres Olga Benário, estamos aqui hoje para nos somar na luta com as trabalhadoras, mas também contra precarização, contra a privatização e pelo aumento da rede de enfrentamento. Porque é impossível que, com todos esses dados, a gente consiga atender todas essas mulheres. Também por isso o Movimento de Mulheres Olga Benário constrói ocupações para atender essas mulheres, porque a gente sabe que os serviços não são suficientes.

Também estamos na luta por mais políticas públicas, não só na rede de enfrentamento como na ampliação das políticas públicas de saúde, de assistência social. Estamos aqui hoje para denunciar isso ativamente e falar para as trabalhadoras que estamos ao lado delas nessa luta.

Deixo essa reflexão para o Secretário, que infelizmente não veio. Que ele dê um parecer sobre por que, com tantas mulheres morrendo, com tantos índices, está havendo redução e precarização desse serviço. Era isso. Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Inscrita *on-line*, Graziela Jarandya.

A SRA. GRAZIELA JARANDYA – Eu me inscrevi para ser breve.

Meu nome é Graziela Jarandya, tenho 41 anos, sou trabalhadora da saúde da Prefeitura de São Paulo, de nível fundamental. Tenho dois filhos: um de 18 anos e uma de 4 anos.

Venho sistematicamente sofrendo de violência institucional por parte da Prefeitura. Em 2012, sofri um assédio sexual no trabalho e até hoje em momento algum seguiu-se o devido trâmite legal, mesmo eu tendo denunciado. Ao invés disso, a punição veio para mim, que fui realocada em outra unidade de trabalho, e ficou por isso.

Essa violência me adoeceu mentalmente. Em 2015, tentei o suicídio pela primeira vez. Minha vida virou um inferno, prejudiquei até o meu filho mais velho. Atualmente, eu passo no CAPS. Sem equilíbrio, adquiri muitas dívidas e hoje vivo com mais de 35% do meu salário comprometido por empréstimos consignados. Por conta dessas dificuldades e de um relacionamento abusivo, em 2021 eu estava morando em uma favela atrás do Hospital Cachoeirinha, que pegou fogo. O Prefeito Ricardo Nunes prometeu auxílio aluguel e apartamento para todos. Tenho muitos detalhes sobre essa história, mas o foco aqui é a violência institucional da Prefeitura.

Ocorre que constou um Termo de Permissão de Uso do início dos anos 2000 de um apartamento do Cingapura que nunca foi meu. Na época, fui emancipada pelos meus pais para assinar documentos. Minha mãe comprou esse apartamento, mas no papel constava o meu nome. Meu pai fez minha mãe vender e dividir o dinheiro entre eles. Eu assinei sem entender a dimensão do que era isso. Isso é violência patrimonial. Mesmo tendo a Normativa 2/2022, da Secretaria de Habitação, que dá uma segunda chance para as vítimas de violência doméstica de terem um apartamento, isso me foi negado. A resposta da Habitação é de que a documentação não foi suficiente para comprovar a violência familiar patrimonial, e sigo sem casa.

Já na seleção para carta de crédito habitacional para vítimas de violência doméstica, que Habitação, Direitos Humanos e SMADS vão dar, não precisa provar violência. Ou seja, não precisa de documentos, não precisa de boletim de ocorrência, não precisa de medida protetiva; basta ser atendida pela rede de proteção. Assim está a grafia da norma, assim está a letra da

lei. Ou seja, a palavra da vítima vale; mas a minha, não.

A todo tempo eu sou desvalidada em toda a violência que sofri. Bati em tantas portas. A reativização cutuca uma ferida ainda aberta. E vou novamente perder a chance de ter a minha casa através dessa carta de crédito, pois eu também sou atendida pela rede de proteção ONG Fala Mulher. Em 2018, entrei em um relacionamento abusivo, no qual o homem tirou a camisinha sem eu ver, engravidei e, grávida, tentei pela segunda vez o suicídio, chegando a ter medida protetiva.

Eu sou uma pessoa marcada pela violência doméstica familiar e institucional. Não há justiça, não há alento. É muito doloroso que quem faz as leis não as cumpre, só as usa conforme o interesse; usa a violência contra a mulher para lacrar e lucrar. Não fazem justiça ao aflito e ao necessitado. A falta de justiça e validação às vezes te mata mais por dentro do que a própria violência da qual se foi vítima.

Eu gostaria só de pontuar a fala da Dra. Fabiana Dal'Mas sobre a violência institucional. Eu realmente não creio mais em justiça, eu não creio nas instituições. E sobre a minha xará, a Grazi, a pesquisadora falou sobre a solidão, o autoboicote, a confusão mental; esse meu relato é todinho isso. Está nas mãos de vocês fazerem realmente as leis virarem algo de verdadeiro. De tudo o que eu busquei, eu nunca tive nada. Hoje eu sou o retalho de uma pessoa. E as palavras da Grazi me tocaram muito porque isso tudo que ela disse é verdade: eu, como usuária do serviço e vítima sistematicamente de violência, confirmo e também deixo a minha sugestão, que vai ao encontro das palavras dela. Por favor, foquem em terapia, a gente precisa de terapia. Eu sou uma cabeça perdida com tanta coisa que eu passei e eu não encontro atendimento psicológico. Eu tenho todo o atendimento que a ONG, dentro do que vocês norteiam, pode me dar; mas não é o suficiente. Tem muitos cursos, tem muitas coisas, mas a gente precisa cuidar da nossa cabeça, da nossa alma.

Era isso. Muito obrigada por vocês terem me escutado. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Graziela.

Primeiro, quero dizer que sinto muito. Na verdade, sempre que a gente trata desses

temas, a gente não está falando só de números, a gente está falando da vida das mulheres, e isso é muito fundamental, porque essas violências não são abstrações, elas acontecem todos os dias, a gente lida com elas todos os dias. Então, é muito importante ouvir o que a Graziela falou. E se você quiser, a gente também pode te procurar para conversar um pouquinho.

A SRA. FABIANA DAL'MAS ROCHA PAES – Vereadora, já que ela citou a esperança na justiça e também o meu nome, quero falar que se ela quiser entrar em contato com a gente através do telefone da Promotoria ou através do *e-mail* gevidcentral@mpsp.mp.br, nós vamos ter com certeza o prazer de poder orientar, poder conversar e poder minimizar um pouco o impacto do que essas injustiças causaram na sua vida.

Eu sinto muito também.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Depois, se a senhora puder passar para a gente, a gente coloca no *chat* da reunião esse *e-mail* e contatos para quem quiser.

Próxima inscrita, Isabele Carvalho.

A SRA. ISABELE CARVALHO – Boa noite a todos, todas e todes.

Meu nome é Isabele, sou trabalhadora de um Centro de Defesa e de Convivência da Mulher em Guaianases.

Estou trabalhando na política desde 2019 e tenho acompanhado esse processo de precarização dos serviços, que já vem de muito antes – 2016, 2017 –, quando foi ficando cada vez mais intenso, sobretudo nos últimos quatro anos. É muito triste a gente estar aqui falando sobre essas coisas, que são as mesmas pautas que as minhas colegas – muitas que estão aqui hoje – estavam levantando em 2016, em 2017, até antes. Estamos aqui discutindo coisas muito básicas ainda, reivindicando pautas muito básicas. A gente não consegue aprofundar o enfrentamento real das desigualdades, prezando por um olhar interseccional e tudo mais.

Enquanto trabalhadora de um serviço especializado, achei muito importante a chamada que a Vereadora Elaine fez, em que ela fala: se a gente quer proteger a vida das mulheres das situações de violência, quais serviços e qual tipo de atendimento a gente quer?

Então, além de estrutura, a gente precisa falar também muito sobre fluxo. Por exemplo, hoje o fluxo que existe na cidade, para uma mulher acessar um abrigo, é extremamente burocrático, é extremamente revitimizante. Então, a maioria dessas mulheres vai cair na rota crítica, que a professora Graziela mencionou. A gente tem uma central de vagas que deveria ser algo que melhorasse o fluxo, mas na verdade piora, coloca as trabalhadoras em uma situação de zero autonomia para articular um espaço de segurança para as mulheres.

Hoje, se uma mulher gestante vai para o abrigo e tem filhos menores, no momento do parto ela corre o risco de que os filhos dela sejam encaminhados para um SAICA, porque os abrigos não têm essa estrutura; isso é normal. E a gente não está falando de gargalo na política: isso é violência institucional. Isso foi muito bem colocado aqui pelas nossas companheiras que já falaram.

Então, a gente vê muito um apelo midiático da Prefeitura falando sobre um compromisso de enfrentamento da violência. Mas, dentro da política, onde está esse comprometimento? A gente não tem visto isso.

Então, o que a gente tem visto é a insistência em um projeto de privatização dos serviços especializados, uma redução no orçamento, para as políticas para as mulheres e o pior, a construção de projetos de mudanças que são feitas sem as pessoas mais importantes, que são as mulheres, que são as trabalhadoras, que estão na ponta, que estão vivendo ali os problemas das políticas e que podem, com propriedade, apontar os problemas que precisam ter mais atenção.

Então, não é à toa, como as colegas já colocaram aqui, que a gente tem visto números altíssimos de feminicídio. Isso está assim diretamente relacionado com o processo de precarização de desmonte dos serviços.

Então, para finalizar, eu acho que, além de respostas para todos esses questionamentos que a gente tem levantado aqui hoje, eu acho que a gente precisa de um real compromisso do município, das Secretarias com essas pautas. A gente tem um documento superextenso, elaborado pela comissão, que aponta, com muitos detalhes, várias coisas que

podem ser feitas para melhorar a política.

Então, a gente está falando da vida das mulheres, e a gente quer uma política que abarque todas as mulheres: as mulheres trans, as mulheres periféricas, as mulheres negras e as mulheres com deficiência. Então, a gente precisa dessa política, que tem que ser construída com as trabalhadoras, com os movimentos e sobretudo com as mulheres que são atendidas, gente.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Marina de Souza Lima Araújo, *on-line*. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Ana Paula de Souza Alencar. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Natasha Avital Ferro de Oliveira. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Ana Beatriz da Silva Maldonado. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Joyce Cristina de Oliveira Rezende. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Márcia Regina Vitoriano. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Camila Inácio. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Fabiana de Andrade. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Marcela Purini Belém. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Tamires Cristina Silva dos Santos. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Kênia Alves de Oliveira. (Pausa)

Tem a palavra a Sra. Gabriela Ramos.

A SRA. GABRIELA RAMOS – Boa noite a todos e todes.

Eu me chamo Gabriela. Sou trabalhadora da Casa Viviane dos Santos, que fica aqui em Guaianases. E hoje eu acho que eu vim aqui cumprir uma missão, como assistente social, e falar um pouco da realidade das nossas usuárias, das nossas mulheres que a gente atende.

A gente trouxe uma galera muito do bem aqui também com a gente, e eu acho que hoje começa a missão, falar sobre política pública voltada para as mulheres. É muito latente o que a gente vem vivido há muito tempo nessa análise de conjuntura pandêmica, quando a violência doméstica cada vez se expandiu ainda mais, e não há como a gente não falar sobre falta de política de habitação para essas mulheres.

A gente está acabando aí com o primeiro semestre das mulheres que pediram

aluguel social lá em 2021, mulheres que vivenciaram a violência doméstica no contexto de pandemia. Coloco aqui que a violência doméstica não se intensificou na pandemia. A violência doméstica foi olhada com um olhar de morte porque era isso o que já estava acontecendo há muito tempo. Então, essas mulheres vêm morrendo há muito tempo, e não é por conta da pandemia que essas mulheres não tiveram para onde ir. Elas nunca tiveram para onde ir, porque a gente também precisa pautar que a violência patrimonial também é um índice de morte muito grande, quando essa mulher não tem para onde ir com os seus filhos e não tem para onde ir porque ela não tem rede.

Então, o aluguel social também foi um importante instrumento, para que essas mulheres buscassem, nos seus arranjos, porque a gente também está falando de um auxílio que não é benefício e de um auxílio que está pautado em 400 reais, que não é o valor de um aluguel na cidade, e essas mulheres, por meio de arranjos, conseguiram se organizar, mas aí se acabam os 24 meses. E o que acontece com essas mulheres? Qual é o fortalecimento que aconteceu com essas mulheres? Essas mulheres voltam à estaca zero. E aí o que acontece? Elas vão voltar para os lugares de violência? Então, hoje eu vim trazer a fala do que aconteceu nesses 24 meses. A gente precisa de política pública que garanta mais do que 24 meses. A gente precisa de moradia para as mulheres que vivem violência e para todas as mulheres hoje.

Então, eu acho que essa é a problematização que a gente quer trazer: onde está a política de habitação para as mulheres? A gente tem aí o programa Pode Entrar. Muitas mulheres que recebem o aluguel social foram chamadas nesse primeiro semestre de 2023, só que é uma problematização que a gente também queria colocar aqui. O que é esse programa? Será um programa de endividamento ou será um programa para que essas mulheres realmente tenham oportunidades?

Só reforçando a fala aqui das colegas, nós, trabalhadoras, e nós, usuárias, estamos totalmente dispostas a discutir essas políticas, porque quem vai morar nessas casas e que não têm para onde ir, nesse mês, quando se acaba o aluguel social, são elas, e elas precisam e sabem o que elas querem. A gente trabalha, como diz a professora Graziela, muito bem, com o

fortalecimento e a emancipação de mulheres que estão fazendo seus arranjos a todo momento.

A gente está aqui para politizar o discurso de mulheres que já passam por violência doméstica há muito tempo antes de chegar a um CDCM.

Então, é essa voz que a gente quer dar para elas e essa política que a gente também quer pedir e questionar. Onde está a política de habitação para as mulheres? (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Camila da Silva Calado, *on-line*. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Paula Daniele Batista. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Celina Pereira Farias. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Adriana de Sena Tonelli. (Pausa)

Tem a palavra a Sra. Carolina Grazie Acquaviva.

A SRA. CAROLINA GRAZIE ACQUAVIVA PAVEZ – Olá. Eu vou falar rapidinho.

O meu nome é Carolina. Eu sou cidadã paulistana. Essa é minha representação. Não sou profissional da área. Sou mulher e cidadã. Estou seguindo a pauta. Eu demonstro minha insatisfação e repúdio sobre a redução de orçamento no atendimento às mulheres.

Não há explicação racional humana ou sequer financeira. São Paulo é a cidade do Brasil que mais arrecada impostos. É a cidade mais rica do Brasil e é a cidade mais populosa do Brasil. Portanto, a cidade tem dinheiro e tem que ter planejamento populacional *versus* o dinheiro que é arrecadado e ter isso alocado, em termos progressivos de aumento, para o planejamento de atendimento às vítimas e não de redução orçamentária. E, uma vez seguindo esse caminho, não só a realmente descrita, pelas especialistas e vítimas, vai pior como também São Paulo estaria gerando maior impacto socioeconômico para a própria máquina pública. Ou seja, se esse atendimento piora ou se não há atendimento para essas cidadãs, a cidadã tem um impacto, como a própria cidadã explicou. Ela tem uma cicatriz na sua vida e ela não consegue voltar, nos termos mais adequados, para ter uma vida financeira, uma vida de trabalho, uma vida de educação, uma vida boa, uma vida feliz.

Então, aderindo a esse tipo de redução orçamentária, a máquina pública, na verdade,

só vai estar jogando mais dinheiro ainda, porque também São Paulo vai estar indo mais para o fundo do buraco e as mulheres estão indo junto.

Então, eu descrevo aqui o meu total repúdio e, realmente, a conta não bate. A gente não precisa saber muito de matemática para entender que essa conta não bate. É um retrocesso de séculos. É isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Ana Paula Correia.

A SRA. ANA PAULA CORREIA – Boa noite.

Eu sou Ana Paula. Eu atuo no CDCM Casa Anastácia, que fica na Cidade Tiradentes desde 2016. Eu fiquei muito contente com as falas da Mesa. Agradeço muito a colocação da Elaine Mineiro, falando da situação da Casa Anastácia. É uma dificuldade que a gente vem vivenciando já há quase dois anos. Não é de agora e a gente se sente bastante abandonada nessa situação. Então, esse é um ponto.

As falas da Grazi e da Rose foram muito importantes, falando um pouco do nosso dia a dia nos atendimentos. Eu gostaria de focar um pouco na atuação das profissionais na política pública. Então, eu atuo desde 2016.

Eu acho que, nesse período, a gente tinha necessidade de melhorar algumas coisas na política pública, mas, de lá para cá, o que a gente percebeu e o que a gente vivencia é um grande recrudescimento dessa política pública. Cada vez, está mais difícil atuar. Tem sido mais difícil trabalhar no serviço de atendimento à mulher em situação de violência doméstica. Devido à política de austeridade, que foi colocado pela Mesa, a falta de investimento e a redução de profissionais dentro tantas, a gente também fica pensando no quanto é difícil para as mulheres chegar a um equipamento de atendimento especializado, já que não existe campanhas de divulgação de nenhuma Secretaria, que divulgue esses equipamentos para as mulheres. Então, elas perpassam por uma rota crítica para chegar até esse serviço e nós também. A gente também é perpassada por essa rota crítica. Com ela, a gente tem grandes dificuldades para que elas

acessem a política pública, para que, de fato, elas consigam romper com a situação de violência.

É engraçado que a gente ouviu bastante até no Roda Viva ontem. Era uma entrevista com a Cida Gonçalves e foi falado muito sobre a dependência emocional das mulheres e não é o que a gente vivencia, de fato, a realidade nas periferias, em sua maioria. Então, as mulheres que vão até os serviços estão decididas a romper com a situação de violência. Elas querem romper. Elas não têm dependência emocional. A dificuldade delas é que elas não conseguem que a política pública as atenda, entenda a sua situação e as demandas, para que, de fato, elas consigam romper.

Então, quando a gente olha os dados estatísticos, as mulheres são mortas principalmente por ex-companheiros. Então, elas não estão com esses companheiros e elas estão sendo mortas, mesmo quando elas acessam os serviços. Então, essa política pública não chega até elas, não atinge essas mulheres.

Diante disso, a gente, que, de fato, está na base e que faz a escuta das mulheres, também não é escutada. Então, a gente conhece as especificidades, conhece a dinâmica do território e conhece a demanda dessas mulheres, mas a Secretaria não ouve a gente. Parece que nós somos o problema. Eu acho muito engraçado isso. Quando a gente tenta dialogar, o serviço, as trabalhadoras são tratadas como se fossem o problema. Como é que se resolve uma política pública? Como essa política pública alcança as mulheres que a gente atende, se a gente não é ouvida e se a gente é o problema que está atendendo às mulheres?

Então, assim, é bem difícil essa atuação. E aí, se a gente tem essa dificuldade com a Secretaria de Assistência, que não tem a escuta, que não dialoga com as trabalhadoras, que não consegue melhorar esse serviço que vem piorando a cada ano, a gente pensa: “Qual é a nossa perspectiva na Secretaria de Direitos Humanos hoje, pensando nos serviços que há na Secretaria de Direitos Humanos, que tem inúmeras dificuldades?”. É uma Secretaria que tem uma equipe muito menor do que a Secretaria da Assistência, com bem menos condições de atuação. Qual vai ser o nosso futuro? É isso que nos preocupa bastante.

Então, pensando assim, que a Secretaria de Direitos Humanos tem dificuldades no

repassa da verba e na análise das prestações de contas, então, nós vamos para essa Secretaria para ter mais dificuldades ainda? Então, a gente pensa: “O que é pensado, nesses anos todos, se não foi piorar o serviço de atendimento às mulheres, se não for ter uma perspectiva de futuro que não há?”. Não há futuro para a gente, para as mulheres que são atendidas.

Então, eu queria trazer um pouco essa dificuldade de atuação e o quanto a gente está descrente e o quanto a gente está frustrada com o que é apresentado pelas Secretarias. Isso só indica que essa política de austeridade vai piorar, só indica que a situação para as mulheres não vai melhorar e que o nosso trabalho vai ser, cada dia mais difícil, e a gente vê o adoecimento das profissionais. A gente tem que pensar outras possibilidades de trabalho, porque uma luta que é tão importante como essa a gente está perdendo e a gente está tendo muita dificuldade. É isso que eu queria colocar.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Joyce Santana.

A SRA. JOYCE SANTANA – Boa noite a todos, todas e todes.

Meu nome é Joyce Santana. Eu sou trabalhadora do CDCM Casa Anastácia, na Cidade Tiradentes. Queria agradecer o apoio da Vereadora e mencionar a dificuldade que a casa está passando já há quase dois anos, na dificuldade de conseguir um imóvel. Falo dessa violência sofrida cotidianamente pelo nosso vizinho.

Digo que, na dificuldade que é de conseguir um imóvel no território, a gente consegue e esse imóvel não recebe o devido valor na avaliação que é feita pelo engenheiro. O valor já não é grande coisa e aí vem um engenheiro que faz uma avaliação que diminui. Então, a gente aguardou aí mais um período. Agora são seis meses. Estamos solicitando novamente o aditamento, para uma nova avaliação de outro engenheiro, para olhar o mesmo imóvel.

Eu queria ressaltar que a gente espera que a SMADS possa colaborar, para que a gente consiga esse imóvel. É difícil conseguir. É por isso que a gente está insistindo nesse, que é um imóvel muito bom, e a gente está aguardando aí os processos, o andamento do processo

CEI.

A SRA. VANESSA HELVÉCIO – Você tem o imóvel agora? É isso?

A SRA. JOYCE SANTANA – Na verdade, a gente já tinha esse imóvel. Na primeira avaliação, ele foi recusado, porque o valor dos imóveis com os quais ele foi comparado foi incompatível. Então, a gente pede para que ele seja comparado.

A SRA. VANESSA HELVÉCIO – Vocês vão pedir uma nova avaliação?

A SRA. JOYCE SANTANA – A gente pede que ele seja comparado com imóveis que sejam compatíveis a ele, para que o valor de aluguel não seja tão baixo, para que a gente consiga dar prosseguimento à locação desse imóvel. Não dá mais para ficar onde a gente está. A gente já se dobrou a sair, por questão de saúde mental e segurança nossa, das funcionárias e dos usuários da casa.

Então, a gente pede atenção para isso. Queria parabenizar as falas das companheiras, que também resultaram vários pontos importantes.

Deixo registrada, nessa audiência pública, a importância da parceria, do posicionamento da SMADS, para que a gente consiga a locação desse imóvel.

Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Ana Paula Oliveira.

A SRA. ANA PAULA OLIVEIRA – Olá. Boa noite.

Eu sou Ana Oliveira. Eu atuo como orientadora socioeducativa no CDCM Casa Anastácia, na Cidade Tiradentes. Eu gostaria aqui de reforçar o que as companheiras que aqui chegaram antes. Já estão dizendo há muito tempo sobre o meu olhar, sobre o acolhimento, que é bastante importante. Têm falado aqui sobre isso.

Enfim, é um reforço do que tem que ser repensado e efetivamente garantido, de espaços capacitados para acolher uma mulher dentro de várias intersecções, com equipes, de fato, qualificados e espaços estruturados.

Acredito que garantir só o básico do acolhimento não é efetivamente garantir a

seguridade da mulher que está em situação de violência doméstica, e não só sob o meu olhar de trabalhadora, que faz o acolhimento de uma mulher machucada por diversas violências. Haver uma central e vagas não é viabilizar a primeira atenção que temos que ter, que é o risco iminente de morte, que ela corre ao voltar para o endereço, para o território onde o agressor está. Ele está ali pacientemente aguardando pela sua volta, para assassiná-la. Os dados estão aí. A professora acabou de colocar, para embasar o que eu estou dizendo aqui.

E quando a plataforma disponibiliza essa vaga, a central de vagas, também sob o meu olhar, de orientadora educacional, ao chegar a esse serviço, que deveria acolher, é desesperador sentir o olhar dessa mulher que está chegando ali, já muito machucada e assustada, pois são ambientes com zero acolhimento e hostis. Muitas vezes, a gente tem que esperar do lado de fora, fazendo chuva ou sol. Isso já aconteceu, por diversas vezes, ao acompanhar uma mulher até um abrigo. A gente ficou esperando do lado de fora, porque não havia ninguém para atender e quando tem um técnico, geralmente é um homem, para nos receber, ele bota para dentro a mulher e nos dá tchau. E assim, a qualquer outra profissional. É esse o ponto que eu gostaria de reforçar.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Ana. (Palmas)

Tem a palavra Patrícia Alves.

A SRA. PATRÍCIA ALVES – Boa noite a todas, todos e todes.

A minha sensação é de já termos falado muito dessas questões de quanto a política pública de atendimento às mulheres é precarizada na cidade de São Paulo. Como coordenadora de projetos sociais da AVIB, eu acompanhei a implantação da Casa Viviane, em 2004 e, depois, da Casa Anastácia. Por isso é que eu consigo falar um pouco mais do CDCM.

Mais uma vez, a discussão das mesmas questões básicas, como a relação de convênio com a SMADS, a infraestrutura de segurança, do aluguel, mudanças de portarias. Os serviços, que, além do atendimento às mulheres, têm que dar conta de toda a demanda que o convênio gera. Então, existem problemas estruturais na relação de convênio.

O dissídio ocorre sempre no mês de julho, mas o repasse só virá em janeiro do ano

que vem. Além disso, foi aprovada a insalubridade, mas até agora não houve manifestação da Secretaria. A gente tem muitos problemas nessa relação do jeito como está formatada. Mas a questão, que apareceu em várias falas aqui, é: como se dialoga com as organizações e com as trabalhadoras? Vai haver mudança de Secretaria? Essa é outra pauta antiga. Em que momento as trabalhadoras e as organizações vão ser chamadas para discutir a melhor maneira de se fazer esse processo e entender o termo de convênio? Como vai funcionar o convênio? Vão cancelar o que já existe e vão transferir? Como vai funcionar isso? São muitos os problemas que a gente vem identificando na execução dessa política pública, apesar de, no fundo, tudo parecer apenas a pontinha do *iceberg*. É na dinâmica do atendimento direto às mulheres que a gente identifica muitos problemas, além da falta de escuta, porque as trabalhadoras têm um acúmulo de atendimento. Em que momento elas são escutadas?

A gente tem enfrentado muitas questões. Quando vai realmente ter uma política pública parcerizada, em que a gente consiga falar e estabelecer uma troca efetiva de uma maneira que as mulheres possam sentir isso? Essa relação com o convênio é uma cadeia em que todo mundo se retroalimenta desses descasos e em que as mais prejudicadas são as mulheres, as trabalhadoras.

Como os problemas estruturais que nós temos são muito grandes, em que a transferência amenizaria? Se houvesse uma construção, se houvesse um chamamento às trabalhadoras, talvez fosse um alento o cuidado a essa política pública.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Patrícia.

Tem a palavra a Sidneia Saturno.

A SRA. SIDNEIA SATURNO – Boa noite a todos.

A minha mensagem hoje é a de que existe, sim, vida após a violência.

Como uma mulher preta do extremo leste da capital, hoje eu tenho essa compreensão após ter sido vítima de inadmissíveis violências de todos os tipos. Após a falha no atendimento em equipamentos, eu resolvi deixar de sofrer e comecei a tentar atuar no

enfrentamento à violência, como forma de entender a grande dificuldade que a mulher vítima de violência enfrenta ao tentar fazer um simples Boletim de Ocorrência na delegacia, tendo que provar a violência que sofreu para o delegado ao contar várias vezes o ocorrido, quando deveria estar sendo acolhida pela violência sofrida. Outra dificuldade é chegar à Defensoria Pública e não conseguir atendimento por conta da avaliação econômica, pela renda *per capita*; mesmo sendo uma mulher solo ou divorciada, ela precisa passar por certas situações que são totalmente desagradáveis.

Foi esse o cenário que eu vivi, mas eu acho que o pior momento da minha vida foi quando a minha casa invadida pela Polícia Militar de São Paulo, e os policiais quiseram tomar os meus filhos para dar para o autor da violência. Esse, para mim, foi o ápice e, depois disso, eu resolvi mudar essa situação e hoje eu sou agente comunitária de saúde graças ao atendimento que eu tive no CDCM, que, apesar de estarem querendo precarizar, foi a única porta aberta para mim e que permitiu que eu tivesse outra oportunidade de vida e não fosse vítima de feminicídio. A minha missão agora não é só olhar o número das mulheres que infelizmente não puderam estar aqui hoje para dar os seus depoimentos, mas para as mulheres que sobreviveram a todo esse tipo de violência e estão trabalhando no enfrentamento à violência doméstica. Hoje, eu sou assistente social por formação, atuo na área da saúde, faço parte do NPV - Núcleo de Proteção à Violência, sou Promotora Legal Popular para Mulheres Negras e trabalho com o enfrentamento à violência doméstica.

Eu gostaria de pedir que nenhum equipamento permita que as mulheres passem por humilhação em nenhum nível, porque eu consegui não ser uma vítima, mas e as que não conseguiram e as que ainda estão por vir?

Essa é minha fala. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Sidneia.

Tem a palavra a Delmira Ribeiro.

A SRA. DELMIRA RIBEIRO – Boa noite.

Meu nome é Delmira e eu faço parte do movimento da Casa Viviane, de Guaianases,

onde eu recebi grande ajuda há um ano e oito meses, quando eu fui vítima de violência ao receber dez facadas dentro da minha própria casa. A minha superação foi muito rápida, graças a Deus, pela força que eu tenho dentro de mim e pelo fato de Deus ter feito o milagre de me dar uma nova oportunidade de vida. A minha superação foi extremamente rápida e hoje em dia eu sou convidada a participar de vários eventos de comemoração do Dia Internacional da Mulher para falar da minha superação. Resolvi estudar, fazer faculdade de Serviço Social e entrar nesse meio de ajuda e de acolhimento à mulher.

Eu tive uma superação, eu estou estudando e a oportunidade que eu teria para seguir com esse trabalho é frequentar as Casas, onde eu gosto de estar, mas lá só tem trabalho voluntário para fazer. Sim, é legal, mas como eu vou pagar o meu aluguel, as minhas contas e a minha comida? Não tem como. Então, essa parte eu acho um pouco complicada, porque, depois que a gente supera a situação, não tem nenhum apoio.

Agora eu estou terminando um livro que eu comecei a escrever sobre a minha história de fé e de superação e eu tenho fé de que, até o final do ano, ele vai estar pronto. Porém, não tenho editora. Eu estou batalhando, mas não estou tendo nenhum apoio. Não é possível ter superação sem suporte, e eu estou falando em nome de milhares de mulheres que sofrem.

Eu estar viva hoje é um milagre. Eu poderia estar chorando e vivendo com medo por ter abandonado a minha casa e a minha vida. Eu dei a volta por cima, mas e aí? Então, essa parte precisa melhorar, e caminhos precisam ser abertos para que as mulheres possam trabalhar e contar com uma rede de apoio. É preciso olhar para esse lado, e eu gostaria que vocês também se preocupassem com isso, porque eu gostaria de ter um apoio, um suporte para terminar o meu livro.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Delmira.

Tem a palavra a Aline Bezerra.

A SRA. ALINE BEZERRA – Boa noite.

Sou Aline Bezerra, assistida pela Casa Anastácia há três anos e eu vou ser breve no meu relato. Eu sofri violência doméstica do meu pai durante 23 anos até conseguir entrar na

Casa Anastácia em 2020.

Primeiramente, eu gostaria de destacar a questão da dificuldade no acesso a essas Casas. Mesmo morando no território, eu desconhecia esse equipamento, que eu só vim a conhecer por meio de uma pessoa que reside em Mogi.

Sendo assistida pela Casa Anastácia, hoje eu recebo o auxílio, e o meu questionamento é sobre as políticas de habitação no geral, mas focando nessa questão para as mulheres em situações de vulnerabilidade pós-atendimento, porque algumas mulheres receberam um auxílio, um chamamento de um programa chamado Pode Entrar, em janeiro, mas ficou nisso. No *site* da Cohab, o meu cadastro consta como bloqueado e não há nenhuma resposta. Assim como uma das inscritas, eu também me pergunto sobre o pós-atendimento. Depois desses dois anos, o que a gente faz? Cada uma, com sua particularidade, resolve de um jeito, mas efetivamente a gente não tem um respaldo.

O meu questionamento, portanto, é sobre o pós-atendimento, depois que a mulher não frequenta mais a Casa.

Era isso que eu queria trazer. Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Aline.

Tem a palavra a Ivone Dias.

A SRA. IVONE DIAS – Boa noite.

Eu me chamo Ivone, sou da Marcha Mundial de Mulheres e vim acompanhada de várias outras companheiras, que já tiveram que ir por morarem muito distante. Sou também do Levante Feminista Contra o Femicídio, assim como a Rosilene, e trabalhei durante 18 anos no CDCM Casa Cidinha Kopcak, representada hoje aqui pela funcionária Célia. A gente fica feliz de rever as companheiras da Casa e as companheiras da Casa Eliane de Grammont. Lá atrás, quando da implantação dos primeiros CDCMs, nós aprendemos muito com elas e continuamos aprendendo com a fala da Graziela.

Os Centros de Defesa e Convivência da Mulher, os Centros de Referência da Mulher, as Casas de Passagem e os abrigos sigilosos fazem parte da Lei Maria da Penha no que se

refere às importantes políticas públicas de assistência e proteção às mulheres. Se uma mulher que está recebendo xingamentos, agressões e ameaças é assistida por um dos serviços da rede, ela vai ter a sua vida salva.

É muito bacana ouvir os depoimentos das mulheres que conseguiram interromper o ciclo da violência e hoje se profissionalizaram; duas delas, assistentes sociais. Daí a importância desses serviços no fortalecimento da vida das mulheres, e São Paulo, uma das maiores cidades do Brasil, precisa, cada vez mais, ter uma rede de serviços mais estruturada e qualificada, além de ter um olhar sobre as profissionais desses serviços, porque, como a Ana Paula citou, acontecem muito adoecimento das profissionais, porque são elas que acolhem as mulheres. Quem trabalha em CDCM nunca sabe como vai terminar o dia, porque sempre acontece um abrigo de última hora, sempre chega alguma mulher destruída antes do fechamento da Casa, além do aparecimento de agressores. Então, o dia a dia é muito tenso, o que absorve muito a energia das profissionais.

Apesar de a gente sempre reforçar a importância de uma melhor estrutura e qualidade, a gente sabe que esses equipamentos prestam um serviço de acolhimento social, psicológico e jurídico para essas mulheres, e isso as ajuda muito na interrupção do ciclo de violência. Por isso, para mim, os serviços são muito importantes como prevenção dos feminicídios.

Apesar de terem sido citadas aqui várias estatísticas, uma que eu ouvi na mídia aponta que, nos primeiros 15 dias de abril, seis mulheres foram assassinadas vítimas de feminicídio. As mulheres estão morrendo todos os dias e todas as horas, mas, para que nós mulheres não sejamos silenciadas, a nossa luta tem que ser cada vez mais forte. Corroborando as palavras das mulheres argentinas: parem de nos matar. Nenhuma a menos. Queremos as mulheres vivas. Este é um momento de luta das mulheres por sua sobrevivência e vida.

A palavra de ordem da Marcha Mundial das Mulheres é: “A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer; se tem violência contra a mulher, a gente mete a colher”.

Vamos lá. A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer; se tem

violência contra a mulher, a gente mete a colher.

- Manifestações na plateia.

A SRA. IVONE DIAS – Esse é o recado para o Secretário e para o Prefeito. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Ivone.

Tem a palavra a Maria Luciana.

A SRA. MARIA LUCIANA – Boa noite.

Eu estou aqui apenas como cidadã e tudo o que eu acabei de ouvir e que tenho escutado neste tipo de evento e em palestras é algo que existe e sempre existiu no Brasil, mas que as pessoas se acostumaram e aceitam, porque acontece desde a vinda dos primeiros bandidos que chegaram aqui, os bandeirantes, que fizeram horrores com as nativas que já viviam aqui, assim como foram os horrores da escravidão. Mas parece que isso não faz diferença alguma, porque isso nós também estamos vivendo agora, neste momento.

Isso tem que acabar, porque nós vivemos em uma democracia e, portanto, nós temos que cobrar os políticos. Aquele político que não faz nada, que só aparece em véspera de eleição tem que deixar de ser votado. Nós estamos em uma democracia e, se Deus quiser, vamos continuar nessa democracia para sempre. Não é justo esse tipo de violência acontecer, e continua acontecendo. O pior de tudo é que tem muitas mulheres – a gente tem que reconhecer – que, muitas vezes, aceitam isso. É triste falar isso, mas é verdade. Desculpa.

É isso que eu quero falar. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Dona Maria Luciana.

Agora é a Perseveranda.

A SRA. PERSEVERANDA – Boa noite a todos. A cada um dos participantes também parabéns.

Sou uma dessas mulheres que sofreu violência doméstica. Então, a gente sente na pele. É muito triste isso. Ninguém consegue apagar aquilo o que a gente passou. É um marco. Se fosse uma borracha, a gente apagaria, mas não dá. Então, isso fica para sempre para todas

as mulheres que sofrem essa violência do marido nas quatro paredes. Só Deus sabe o que a gente passa. Mas a gente corre, como Maria da Penha.

Eu, por exemplo, corri atrás da Maria da Penha, mas para mim foi na merda. Isso que eu vou falar aqui. Quando eu procurei o policial, o policial foi à casa e simplesmente fala: “a gente não coloca a colher em briga de marido e mulher”. Então, a gente tem que ouvir essas coisas. A gente quer fazer B.O. e chega na delegacia e o delegado o que que faz? “Ah, mas você não tem nada”. A gente está puro sangue. “Ah, mas é só um pouquinho”. Sabe, é um absurdo.

Eu morava na favela, no Parque Novo Mundo. Muitas mulheres sofrem caladas. Muitas mulheres se calam por causa disso, porque não tem atenção, não tem acolhimento. Não somos ouvidas.

Eu sou estrangeira. Sou da Bolívia e muitas mulheres sofrem e muitos mulheres brasileiras também sofrem. Eu vejo muito, muito. Sou separada. Eu crio o meu filho sozinha. Mas é muito triste isso. Graças a Deus eu superei. Deus me deu essa força para superar. Fui acolhida com assistente social, todas essas coisas, mas não é a mesma coisa. É marcante e é para o nosso túmulo isso que a gente sofre.

Nós somos, por exemplo, da Olga. Eu sou do MLB. O MLB construiu aquelas casas abandonadas há 20 anos. A gente ocupa, sim. E nessa pandemia, a gente lutou, sim, porque as mulheres separaram que sofreram mais ainda nessas quatro paredes. Sofreram, mas a gente trabalhou. Pegamos todas as mulheres e colocamos nas ocupações, como Olga que luta pelas mulheres também.

Os políticos deveriam construir mais acolhimento para as mulheres. Eu mesmo senti isso na pele. Quando você vai à delegacia pela Lei Maria da Penha, o que eles falaram? “Ah, você não está aguentando? Então saia de casa”. E eu vou aonde? Vou a rua com meu filho? Falaram: “volta daqui a 40 dias”. Eu falei: “daqui a 40 dias, vou estar morta”.

Graças a Deus, eu me deparei com uma advogada que foi extremamente... na minha vida. Que Deus não quis que meu marido me matasse, senão, eu e meu filho estaríamos mortos. Eu não estaria nem falando aqui. Graças a essa advogada, meu marido saiu de casa, porque

ninguém fez nada por mim. Graças a Casa Marias, graças a esse núcleo, eu fiz B.O., comecei a fazer B.O. Cada vez que eu ia para fazer B.O., não queriam fazer para mim. Então, muitas mulheres sofrem por isso.

Graças a Deus estou aqui falando com vocês. Vocês têm que defender mais as mulheres e tomar atitude. Não vejo atitude. Simplesmente, cada vez as mulheres morrendo e morrendo. Onde está Maria da Penha que dizem que faz alguma coisa? Eles não fazem nada. Os delegados a mesma coisa. Eles não fazem nada. Por isso que muitas mulheres não fazem nem B.O. Simplesmente, eles respondem: “o quê? Ah, não a gente defende de roubo, corrupto”. Aqui não tem essa corrupção. Simplesmente, é isso o que ouvimos. Essa é a realidade, a pura verdade. Passei na pele.

Queria mencionar que muitas mulheres são separadas, mas a gente não tem trabalho. Eles nos veem como se não tivéssemos pé e mão para trabalhar. Mas somos mulheres guerreiras. Eu estou aqui. Sou deficiente. Tenho problema no meu quadril. Graças a Deus, estou andando. Eu nem andava, mas assim mesmo sustentei meu filho. O pai simplesmente fugiu. Onde está aquela delegada que falou para mim: “Você não fez B.O.” Fez assim com o dedo. Desse jeito ele me mostrou. Onde está agora aquela mulher que tanto defendeu o meu ex-marido? Agora, deveria também... Onde estão as pensões? São 18 anos que deve para meu filho de pensão alimentícia. Simplesmente fugiu. Cada vez que eu reclamo, perguntam onde encontrar e para trazer o endereço. Como vou trazer o endereço? Simplesmente, é triste, mas é triste mesmo.

Era isso que queria falar para vocês. Obrigada. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

- Manifestação na galeria.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Agora, Angelitza.

A SRA. ANGELITZA – Boa noite.

Meu nome é Angelitza. Eu sou imigrante também. Sou funcionária do CRAI, do Centro de Referência e Atenção ao Imigrante.

Acho que se a ordem da minha fala anterior tivesse sido ensaiada, não seria melhor. O cenário da imigração em Brasil sofreu uma mudança drástica e importante e aumento da quantidade e a diversidade.

Resultado de imigração que vai desde o fluxo de imigrante da América Latina, passando pelo Caribe, África e a violência de direitos humanos desde que o imigrante sai do país de origem.

Venho somar-me a esse apelo, a esse chamado de atenção a nossa mulher imigrante. Colocaram um ingrediente a mais em toda esta fala com respeito a mulher imigrante. Porque além de sofrer agressões diversas, não só agressões domésticas, como também agressões institucionais por falta de capacidade de nosso funcionário, por falta de capacidade políticas públicas, por falta de desatualização de dados para essa política pública no recorte de gênero, de nacionalidade. A tudo isso soma-se o agravante do bloqueio da fala, a comunicação.

Estava escutando essa companheira que falou antes e eu me imagino como é o dobro de difícil para a mulher imigrante que quando chega à instituição, não é compreendida; e, se é compreendida, não conhece sobre sua cultura, sua crença, sua religião. Seus direitos são violados totalmente. Não temos aumento da população de onde estão. Uma cultura totalmente diferente.

Hoje, nossa política pública não tem informação, não tem preparação para atender essa população. Essa é o meu chamado e o meu apelo para nossa mulher imigrante: formação, capacitação para ela para poder se inserir o mais rápido possível nesta sociedade em que está sendo a acolhida. Formação para o próprio funcionário público dos hospitais, UBSs sobre a peculiaridade dessa diversidade que hoje está se apresentando no país e que é uma realidade e a tendência é o aumento dessa população.

Garantir o pré-natal para essa mulher para um parto humanizado. Formação e capacitação para professores e funcionários públicos. Os filhos das mulheres imigrantes também sofrem violência nas escolas pela falta de preparo e inclusão.

A minha filha não queria ir à escola porque ela estava com vergonha que era a única

criança na sala que não tinha uniforme. Com esse novo sistema de entrega de uniforme, eu tive de sentar e conversar com a diretora porque não é que eu não queira ou que ela não tenha acesso. Ela tem acesso. O problema é que meu documento como cidadã brasileira – CRNM, Carteira de Registro Nacional Migratório – não conhece esse novo sistema. Incluir isso. Tive de fazer um apelo. Foi um sofrimento até chegar lá. Eu tinha conhecimento pela possibilidade do meu emprego. Imaginem quantas mulheres estão hoje nesta mesma situação que não conhecemos.

Enfim, esta é a minha fala. Vou encerrar pelo tempo. Criar programas que combatam essa discriminação e apoio e atenção ao imigrante.

Obrigada. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Agora é a Gildete Soares e, por último, a Samanta Godinho.

A SRA. GILDETE SOARES – Boa noite.

Meu nome é Gildete. Eu trabalho no CDCM Casa Sofia.

Não vou repetir as falas das outras colegas, mas eu quero fazer uma provocação as duas representantes da Secretaria da Assistência e à Soninha. Em que momento se pensou, concluiu, o porquê chegou à conclusão de transferência de pasta?

Então, a gente precisa entender em que momento se pensou e em que momento se chegou a essa conclusão de transferência de pasta. A primeira pergunta seria nesse sentido para a gente poder entender, porque a gente fala, fala, fala, mas a gente não entende o porquê se chegou a essa conclusão e em que momento se chegou a essa conclusão de transferência de pasta.

Posterior a isso, a questão de política para as mulheres no tratamento pós-traumático. É do conhecer de todos o depoimento de mulheres que falaram do pós-traumático. O que fazemos com essa mulher depois do processo de rompimento do ciclo da violência doméstica? Sabemos o adoecimento posterior a isso. O que a política faz em relação a esse acompanhamento pós-traumático? Porque nós sabemos que os equipamentos não têm suporte

para isso. O trabalho é de fortalecimento para mulher que romper com o ciclo da violência. Mas depois que ela rompe, para onde ela vai? O que é feito depois? Esse adoecimento ela vai carregar ou existe uma política que essa mulher possa ser acolhida, que ela possa ser trabalhada, que ela possa continuar com fortalecimento para que realmente ela rompa e não volte para trás por questões financeiras, por questões de dependência emocional?

Muitas das vezes, essa mulher sai de um estado e vem para cá e se encontra sozinha. Ela não tem rede de apoio e, muitas das vezes, ela não pode voltar à sua rede de apoio porque lá é uma situação de extrema vulnerabilidade social. O que vamos fazer? O que vamos pensar? É uma provocação mesmo para pensar e para a gente depois ter uma devolutiva dessa provocação.

Obrigada. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Gildete.

A última inscrita é a Samanta Godinho.

A SRA. SAMANTA GODINHO – Oi, gente. Meu nome é Samanta Godinho. Sou atendida pela Casa Viviane lá em Guaianases.

Tentei fazer um compilado de tudo que eu ouvi e me coloquei no centro desse furacão. Eu me colocando é o seguinte: que eu precisava... realmente igual aquela moça da internet falou, eu preciso de uma ajuda psicológica para que eu possa render socialmente também. Se está difícil a política pública, olha para gente. Ajuda a gente conseguir pescar o nosso peixe. A gente precisa estar com a cabeça boa para a gente poder ir atrás do nosso, já que a política pública não está conseguindo.

Entrei no Pode Entrar, levei documentação, mas não me chamaram. O meu auxílio aluguel acabou e eu não sei para onde eu vou, porque eu não tenho endereço fixo. A minha cabeça não está boa ainda. Tenho atendimento lá, é maravilhoso. As meninas me assistem de todas as formas. Só que são muitas pessoas. Elas me atendem aqui um mês, aí depois só no outro mês, entendeu, e aí a minha cabeça... eu não consigo voltar. Esse pós-traumático me prende nesse furacão e eu não consigo trabalhar. Eu preciso trabalhar.

Então, queria que vocês tivessem um olhar para ajudar para que a gente se cure logo do pós-traumático e para que a gente possa trabalhar e render socialmente também. Ajudar e não ser só um encosto na sociedade. A gente precisa se curar para poder render e para poder não precisar da política pública.

Na minha posição é isso. Tenho um filho que é autista. Então, é mais uma agravante. Eu fico sem um norte porque acabou o auxílio aluguel, não sai o Tem Saída e eu fico aqui realmente sem ter saída. Não é nem o Tem Saída. É sem saída.

Então, eu queria o olhar de vocês para isso. Foca em curar essas mulheres que eu não tenho estudo suficiente para saber como, mas eu vejo que a psicólogas me ajudam muito. Mais profissionais na área para que a gente possa rapidamente sair desse ciclo vicioso do pós-traumático e conseguir seguir em frente. É só isso que a gente quer.

A política pública é maravilhosa, mas a gente precisa se curar para a gente poder continuar a vida. A gente não é só o trauma. A gente tem que ter força para seguir.

É isso que eu queria falar. Muito obrigada. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Muito obrigada a todos que falaram. É fundamental que a gente consiga esse canal de debate e, principalmente, pensar que esses canais de debate sobretudo com quem faz a política na ponta, com quem trabalha com a política, ele precisa ser mais presente na nossa vida para que a gente consiga desenvolver um debate.

Nós vamos retornar à Mesa para ouvir as representantes da Secretaria e a Secretária Soninha. Mas, antes, gostaria também de passar a palavra para a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada, Elaine.

Meu nome é Silvia Ferraro, sou Vereadora da Mandata Coletiva Bancada Feminista do PSOL. Primeiramente, quero dar os parabéns para a Vereadora Elaine Mineiro e também para toda Mandata Coletiva do Quilombo Periférico, que não está nessa luta de agora, acho que logo que começamos aqui, no nosso primeiro mandato, a Elaine já fez uma manifestação dentro

do próprio plenário, contra a terceirização das casas.

E assim, vim aqui para escutar, para me inteirar bem da problemática toda. Ouvi atentamente as falas e tirei algumas conclusões preliminares. A primeira conclusão que tirei é de que as trabalhadoras que vieram aqui, vieram querendo ser escutadas, mas não só escutadas, querendo participar das decisões. Há aqui uma exclusão das trabalhadoras dos processos decisórios, e acho que isso precisa ser revisto. Acho que para fazer qualquer coisa tem de se escutar, mas também não é só escutar, é incorporar essas trabalhadoras que estão lá na ponta nas decisões fundamentais. Por quê? Porque quando as trabalhadoras não são incorporadas, a consequência é a insegurança. O clima aqui é de insegurança do que vai acontecer com as transferências dos serviços para a Secretaria de Direitos Humanos, como é a proposta, ou qual a questão dos CRMs, o novo edital. Então, tudo isso causa insegurança, a primeira coisa, tem de incorporar essas trabalhadoras, através de comissões, para as decisões.

A segunda coisa que ouvi foi uma reclamação da precarização dos serviços. Então, precarização, falta de estrutura, até houve a fala da Rosilene, que não se pode, no momento em que temos o avanço de violência, foi publicado recentemente o relatório da Secretaria de Segurança Pública comparando os trimestres. O trimestre do ano passado para este trimestre. E este trimestre teve aumento em todos os índices de violência contra a mulher, na cidade de São Paulo. Então, não é possível que tenhamos a diminuição de qualquer serviço, pelo contrário, deveríamos discutir a ampliação dos serviços de proteção às mulheres.

E aí entro em uma questão, o orçamento, até a Elaine conhece bem, porque todo final de ano chega para nós, na Câmara, a questão do orçamento. E sempre o orçamento quando chega na questão de proteção e de combate à violência contra às mulheres, o orçamento é reduzido. Sei que depois é suplementado, mas por que começa reduzido? Por que, no ano que passou, o orçamento foi reduzido em 30%? Fui lá ver se tinha sido suplementado e realmente foi suplementado, chegou a ser suplementado em 28% mais ou menos, mas não tem de começar reduzido. A nossa luta é para que o orçamento quando chega na Câmara, já tem de chegar o orçamento para políticas públicas em defesa das mulheres, tem de já chegar aumentado e não

reduzido para depois ser suplementado. Então, a luta por mais recursos dessa Prefeitura que, inclusive, está bastante recheada de recursos, tem 17 bilhões em caixa, tem mais em caixa, mas 17 bilhões sem nenhuma rubrica, para serem gastos. Precisamos cobrar esses investimentos públicos e que no próximo orçamento não chegue com essa redução, mas chegue com ampliação.

E quero fazer o questionamento também do modelo de gestão. Escutei atentamente a fala da Graziela, e são 20 anos à frente da Casa Eliane de Grammont, e traz uma experiência gigantesca, que é a experiência da continuidade. Serviços públicos precisam de continuidade, para isso não é o modelo de gestão que terceiriza, que precariza, que privatiza, esse é um modelo que causa rupturas, que causa intermitências, que causa inseguranças. Então, esse modelo não é apropriado.

O modelo apropriado é o que tem a continuidade, porque a continuidade gera história, gera memória, gera experiência. É essa história que vimos o acúmulo que fez, a apresentação aqui, que é de 20 anos de trabalho. Sou do serviço público, sou funcionária pública, sou da educação, e sei o quanto é importante mantermos vínculos definitivos nos nossos trabalhos, porque conseguimos ter uma experiência que mudando de um trabalho para o outro toda vez, não é possível. Então, acho que há um questionamento a esse modelo. Eu, particularmente, o nosso mandato defende o modelo de gestão direta, é contra as privatizações dos CRMs, já falei isso, inclusive, para a Secretária. Então, acho que esse modelo, precisamos, inclusive, nos debruçar sobre ele, porque tem uma raiz de problemas.

Por último, a questão da habitação, sou da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, na Câmara, batalhamos pelo Pode Entrar, que tem uma cláusula que dá preferência para as mulheres. Porém, saiu timidamente do papel, o número de casas, se chegar na sua meta final, não será suficiente, são 70 mil unidades para uma cidade como São Paulo, que tem 369 mil moradias deficitárias e agora estamos no meio de um processo de revisão do Plano Diretor. Vi que a meta 18, uma das metas é colocar o modelo de moradia definitiva para as mulheres vítimas de violência. Acho que um compromisso nosso é de que nessa revisão do

Plano Diretor, essa meta 18 esteja presente nesse texto final que vai sair da Câmara, que este modelo não seja só uma meta, mas que seja concretizado na revisão do Plano Diretor. E que haja definitivamente um modelo de habitação para as mulheres vítimas de violência na cidade de São Paulo.

Obrigada, Elaine e a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Silvia.

Vou voltar a palavra para a Mesa, a Soninha; a representante da SMADS e as representantes que quiserem também se manifestar, fiquem à vontade.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Vou tentar aqui meio de trás para frente. Estava até procurando aqui no *site*, para recuperar o documento final da 5ª Conferência da Mulher, em 2015. Esse tema do reordenamento dos serviços era debatido lá, embora no final de um documento de conferência, às vezes, aconteça isso, há uma conclusão em um eixo, e em outro eixo uma conclusão oposta. O fato é que já aparecia ali, em 2015, essa demanda por uma reorganização dos serviços e eu concordo com essa demanda. Não é que vou fazer agora porque sou obrigada, concordo que há uma semelhança considerável entre o CCM, que hoje é Direitos Humanos, o CDCM, que hoje é SMADS, e alguma coincidência na oferta de serviços dos CRMs, os Centros de Referência da Mulher.

Então, tomou-se essa decisão, tudo aquilo que é centro de referência, de porta aberta, com a obrigação de articulação de rede, de fazer referência contra referência, isso fica tudo sob a gestão de Direitos Humanos. E tudo aquilo que é acolhimento, no sentido socioassistencial da palavra, porque é claro que os centros de referência acolhem as mulheres, mas tudo aquilo que é o acolhimento com esse sentido de permanência, o serviço 24 horas de abrigo, que esses então ficariam todos em SMADS.

Então, já lá atrás, concordava com isso, era Vereadora e concordava com isso. E agora é nosso papel realizar isso. E há um problema prático, não é só uma questão burocrática, é uma questão da qualidade do serviço que vamos oferecer, que é o fato de Direitos Humanos, até por ter mais liberdade na construção, não é uma tipificação, mas ter uma estruturação do

serviço melhor do que aquele previsto no próprio Sistema Único de Assistência Social. Foi criado em Direitos Humanos uma relação profissional e beneficiária, que é melhor do que a relação nas ruas.

Então, o que precisamos ter bastante cuidado, e foi um erro da administração, foi um erro nosso, do Executivo, de não ter alinhado corretamente a transferência da Casa Rosângela Rigo para SMADS, sem essa perda. Então, não há nenhuma intenção de vamos colocar menos profissionais para mais beneficiárias, que é para economizar dinheiro. É um erro nosso na preparação da chegada do serviço em SMADS, para que não haja essa perda. Como vamos resolver isso sem que a tipificação Nacional preveja? Bom, a SMADS já passou por isso outras vezes, de ter de aprovar uma nova tipificação específica da cidade de São Paulo no Conselho Municipal de Assistência Social para divergir do que é a tipificação Nacional estabelece.

Então, não só a gente não tem nenhuma intenção de economizar dinheiro, até porque no dinheiro – pela primeira vez na história essa frase é verdade – dinheiro não é problema. Pela primeira vez na história, o problema não é dinheiro, o problema é a nossa capacidade de fazer as coisas andarem, tanto é aqui, como a Vereadora já observou, todos os pedidos de suplementação de recursos para ampliar ou para aperfeiçoar serviços, a gente tem sido atendida porque tem processo também para isso, tem uma junta orçamentária, financeira, composta por representantes de várias Secretarias.

A gente também pleiteia recursos e aí todas as suplementações solicitadas têm sido concedidas, e até queria pedir para a Ana Cristina, que é a nossa coordenadora de políticas para mulheres, atualizar os números sobre o auxílio aluguel, por exemplo, e enquanto ela chega aqui, dizer que eu também acho um problema na própria concepção das políticas da assistência social ter sempre essa previsão do prazo final, acho isso muito complicado.

Seis meses, renováveis por mais seis meses, 24 meses, eu acho que é uma coisa para discutir em processo conferencial, porque é uma discussão paradigmática, claro que a gente espera que o atendimento socioassistencial conduza a uma construção de autonomia, mas parece que chega uma hora, olha, desculpa, deu; deu o prazo, agora você tem que ter

autonomia. A gente tem que realmente prever políticas que prolonguem esse atendimento sem que isso seja confundido com assistencialismo, com eterna dependência. Ter autonomia, poder de decisão, é superimportante, mas não é totalmente livre da necessidade de aporte continuado de recursos de serviços de acolhimento.

Todo mundo aqui que trabalha no serviço sabe que já fechou os olhos para o prazo. Deu prazo no centro de acolhida de pessoas em situação de rua, deu o prazo, é aí os técnicos acabam correndo o risco de desobedecer a uma normativa porque tiveram sensibilidade de levar mais em conta a realidade do que o papel e a regra.

Ana, você pode falar, então, atualizar.

A SRA. ANA CRISTINA – Sim, boa noite a todas, todos e todes.

Ouvi muitas falas aqui sobre o auxílio-aluguel e elas estão chegando na coordenação, o auxílio-aluguel, é uma política que está completando a sua primeira leva de 24 meses, então estamos agora nesse *feedback*, inclusive das técnicas, eu sei que tem algumas mulheres que são atendidas pelos serviços e que trazem essa demanda de: e o depois? E isso tem sido algo que as técnicas têm trazido para a gente e nós enquanto Secretaria de Direitos Humanos, Coordenação de Mulheres temos refletido sobre isso, desse depois que as técnicas também apontam, olha, essa mulher não rompeu ainda, e o depois?

Aí falando de números, hoje, o auxílio aluguel já atendeu um pouco mais de 1.800 mulheres e a gente está falando de um investimento de quase seis milhões, pouco mais de cinco milhões e meio de recursos investidos. E é exatamente isso também, recursos que foram suplementados, então também é uma demanda que foi suplementada e fomos atendidos, entendendo que há a necessidade de uma continuidade e hoje nosso grande desafio tem sido essa demanda que as técnicas que lidam com o auxílio têm nos apresentado. Nem todas as mulheres estão rompendo nesse período e aí como pensar isso.

Num primeiro momento o nosso olhar foi de pensar o Pode Entrar, como a Vereadora bem colocou aqui com muita clareza, o Pode Entrar foi pensado como essa porta de saída qualificada dessas mulheres do auxílio-aluguel para a moradia definitiva e aí a gente tem nesse

primeiro momento esse impacto de o Pode Entrar não vai atender todas, porque nós temos uma demanda muito maior, infinitamente maior.

Então, nesse sentido hoje a administração pública, porque eu não estou falando só de uma Secretaria, mas de mais de uma Secretaria tem ser debruçado em pensar como olhar para a questão da demanda de habitação das mulheres que estão em situação de violência, tentar fazer inclusive uma interlocução com o Governo do estado entendendo que o Governo do estado também traz, apresenta a possibilidade do auxílio, como ser também esse canal de continuidade para que as equipes consigam trabalhar com essas mulheres, a romper o ciclo, questões financeiras, a conseguir essa autonomia financeira e aí alcançar a moradia definitiva. Então, tudo isso para dizer que sim, há um olhar e um esforço da Secretaria de Direitos Humanos e Habitação, enfim, a Prefeitura como um todo para a gente conseguir dar conta exatamente dessa demanda que aí muito bem já colocou a Vereadora.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Ana.

Até porque, Ana Cristina, e demais pessoas presentes, se tem uma coisa que não é rápida de produzir, não é que a gente também não tenha a mesma impaciência, mas é habitação, você pelo menos tem agora modalidades bastante diversificadas de habitação, O que é um tremendo de um avanço. O Pode Entrar foi construído no Conselho Municipal de Habitação, deliberado e aprovado, e, depois convertido em lei aqui pela Câmara Municipal. Então, você tem depois do meu primeiro mandato de Vereadora, 2005, finalmente você tem uma parceria de movimento social com a Prefeitura para reformar o Prestes Maia.

Então, você não tem só aquela produção do conjunto habitacional lá casa do chapéu, 20 mil unidades todas iguaizinhas, padronizadas, você tem e está em andamento uma parceria com assistência técnica contratada pela Prefeitura ou transferência de recursos para entidade fazer a contratação de assistência técnica. Mas é isso, terminou o auxílio-aluguel, está reformando o Prestes Maia que vai acolher 200 famílias. Quanto tempo leva isso? Então de fato eu não vejo uma alternativa fácil que não seja prorrogar esses benefícios eventuais, auxílio-aluguel, oportunidade de acolhimento, por um tempo maior do que presumir que deu o prazo,

parabéns, boa sorte. Tenho certeza de que isso precisa ser revisto conceitualmente e na prática.

A Yelitzza trabalha no CRAI, é trabalhadora do CRAI, e é um orgulho nosso de política pública. No CRAI, você tem atendimento em até nove idiomas, você tem materiais produzidos em cinco línguas diferentes pelo menos e fazemos um esforço interminável de capacitar funcionários públicos, servidores públicos da rede, então a própria equipe do CRAI faz esse movimento, de ir lá aonde tem uma UBS que faz um atendimento significativo de mulheres imigrantes. Então, a gente fazer uma parceria para ter essa capacitação. Tem a parceria com o CAT para fazer mutirão de emprego, tem o Porta Aberta, que é um programa em parceria com a Secretaria de Educação em que escolas municipais têm aulas gratuitas naturalmente de português para imigrantes com professores da rede que recebem para isso. Sabemos que não dá conta, que é pouco, mas não estamos fazendo menos, estamos fazendo cada vez mais.

O Guardiã Maria da Penha, que é um programa espetacular que torna efetiva uma medida protetiva, porque se você só tem a medida protetiva e o agressor descumpra a medida protetiva até chegar ajuda, então, o Guardiã faz um acompanhamento muito mais próximo das mulheres e a Secretária Elza Paulina conseguiu uma boa ampliação do programa, foram duas horas e tanto de audiência pública, eu não vou conseguir responder todas as perguntas, para não estender meia hora, exatamente, mas dizer, por exemplo, que na vinda dos CDCMs para a Secretaria de Direitos Humanos, não se perde nenhum serviço. A Secretaria continua com quatro CRMs, com cinco CCMs e os 15 CDCMs.

E aí foi perguntado sobre o cronograma, a gente está fazendo ainda, não é que a gente está escondendo, que já sabemos direitinho o cronograma e só não contou para ninguém. Como é que a gente está organizando isso? Uma passagem, não vem 15 serviços de uma vez para Direitos Humanos, a transferência dos serviços vai em primeiro lugar respeitar o fim de termos de colaboração vigentes. Então, aquele termo que já se encerraria quando fizer o novo ele já vai ser feito pela Secretaria de Direitos Humanos.

Em outros casos pode até ser feita uma transferência do termo de parceria, que é o que a gente costuma chamar de convênio, pode ser feita uma transferência da parceria, vem

aquele termo de parceria da SMADS e passa a ser gerido pela Secretaria de Direitos Humanos, mas mudanças podem ser feitas nessa ocasião. Se concluirmos que pela capacidade de atendimento daquele CDCM o recurso humano previsto em Direitos Humanos é maior, a gente pode aditar aquele plano de trabalho para que venha a equipe que já está e ainda seja possível acrescentar mais profissionais, porque o modelo que estamos adotando agora, o edital de parceria publicado, que o Tribunal de Contas suspendeu e agora já liberou, com ajustes necessários.

No edital que a gente fez agora do antigo CRM, que agora passa a ser, tudo vai compor essa rede chamada Casa da Mulher a gente aumentou o quadro de RH em relação ao que era antes, a gente aumentou os valores de remuneração das profissionais por entender que o piso não corresponde ao desafio e a complexidade do trabalho. A gente já previu desde o começo todas as contribuições e benefícios necessários. Não precisa ter esse desespero, teve dissídio, porque esse é um erro histórico da administração. Então quando fazemos a previsão orçamentária, a reserva de recursos para fazer parceria, já está lá calculado, o salário é tanto, em cima desse salário INSS, Fundo de Garantia, talvez, o dissídio de seis, de oito, isso não dá para ter certeza, mas pode ser. É dever verdade administração pública garantir que todos os trabalhadores CLT sejam remunerados conforme a lei, não podemos exigir que a entidade parceira faça o corre para complementar aquilo que é obrigação legal de um serviço público gerido em parceria.

Muitas coisas foram aperfeiçoadas baseadas nas reivindicações das trabalhadoras, nas observações de mulheres atendidas, na auditoria do Tribunal de Contas, não sobre a manifestação do edital em si, mas o Tribunal de Contas fez auditoria, vocês talvez tenham sido visitadas pela auditora do Tribunal. Então, o edital foi aperfeiçoado a partir do relato dos anos anteriores. Como a Vereadora Silvia falou, já discutimos sobre isso. Eu adoro o modelo de parceria, a Vereadora tem uma preferência pelo modelo direto, da administração direta, e para mim são coisas completamente diferentes, privatização e parceria.

O serviço em parceria com uma organização da sociedade civil é como diz a lei, é

uma parceria, podemos ser bom parceiro, mau parceiro, precisamos melhorar a nossa parte nessa parceria, como foi dito aqui, tem que ser uma parceria de fato, mas apostamos nesse modelo pela expertise que uma organização tem do lugar, da ponta. Inclusive no edital do CRMs previmos que as trabalhadoras que já estão no serviço que podem, eu não posso obrigar por lei, dizer para organização quem que a organização vai contratar, mas previmos no edital que a organização deve discutir com as trabalhadoras e a mediação da Secretaria de Direitos Humanos quem permanece no serviço, em função do vínculo, do histórico.

Eu não posso obrigar a organização a contratar, mas posso garantir que essa pessoa continue naquele serviço e aí remunerada diretamente pela Secretaria de Direitos Humanos como é hoje, como essa pessoa é remunerada hoje, é uma funcionária da Secretaria de Direitos Humanos está na nossa folha de pagamento, seja de carreira, seja de livre provimento.

Tudo isso quebramos a cabeça para fazer constar desse novo edital e a ideia é nenhum serviço a menos, até porque cruzamos no mapa, e o mais próximo que tem de um CCM para um CDCM é uma distância de cinco quilômetros, o resto é mais do que isso ainda. Na cobertura dos CDCMs no mapa, o mais perto que chegamos são cinco quilômetros, que é uma baita de uma distância. Então, não precisa nem eliminar nenhum CCM, muito menos fechar um CDCM. Realmente vai ser uma ampliação da rede. Na medida da transferência se é um novo termo de parceria porque aquele com a SMADS terminou aí fazemos o termo novo nesses novos termos de RH, com todo esse novo padrão de parceria, e se vem uma parceria em andamento, então venham ser precisamos fazer aditamento desse termo para que fique realmente todos os serviços no mesmo padrão.

Estamos totalmente à disposição para responder as perguntas que ficaram em aberto, ou que precisaria de uma tréplica para continuar discutindo. Ana, posso deixar o *e-mail* da coordenação? É smdhccpm@prefeitura.sp.gov.br acho que quem já teve oportunidade de se reunir com a Ana Cristina sabe o quanto ela é da causa, o quanto ela é desse mundo, o quanto ela se importa, se dedica, se desdobra, e é superacessível.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – A Ana me falou várias vezes, você vai conversar na Rede Leste e eu disse que claro, que iríamos marcar, eu só não consegui. A Ana Cris já me consultou várias vezes para ir conversar na Rede Leste. Eu disse claro, que arrumaríamos uma data.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Dia 11, olha, eu acho que dia 11 eu consigo, não tem nada aqui, eu vou bloquear. Na Defensoria de São Miguel, Ana, me ajuda a lembrar, né.

Obrigada, gente. Obrigada pela atenção de vocês e nos desculpem as nossas barberagens no caminho.

A SRA. VANESSA HELVÉCIO – Obrigada, Secretária.

Eu vou, não vou ser redundante porque eu acho que a Secretária já falou um pouco sobre a transição, mas queria deixar aqui o meu compromisso, enquanto coordenação de produção especial, de que vou chamar o CDCM para a gente bater um papo sobre o processo de transferência entre SMADS e Direitos Humanos, aí não é só um compromisso da pasta, é um compromisso inclusive pessoal meu. Em relação a Tiradentes, acabei de falar aqui, pedir para a gente rever o processo amanhã da Casa Anastácia.

Acho que tem algumas coisas que a burocracia atravanca muito os processos, mas acho que podemos fazer os alinhamentos. Então vamos conversar com o território e fazer os encaminhamentos. Estou te vendo daqui, Gildete.

Em relação a Casa de Passagem Rosângela Rigo, estava falando no WhatsApp com a Patrícia de Godói, é referência da área técnica de mulheres, na SMADS está lá na equipe. Vamos marcar uma conversa com a equipe, vamos lá conhecer, eu não conheço o equipamento de estar lá, mas na revisão da 46, eu já tinha sinalizado para a Patrícia que a gente precisava mudar. Não é possível um serviço que seja Casa de Passagem que não tenha equipe técnica 24 horas e tecnicamente isso não é possível de acontecer.

Então, quero dizer a vocês que vamos, tem uma portaria aprovada que tipifica o

serviço, mas porcaria se altera, temos elementos técnicos para falar e sobre isso a necessidade de ter equipes técnicas 24 horas, do atendimento ser qualificado. Temos uma base, as nossas portarias elas são construídas pela base do atendimento da referência da 9 RH, uma quantidade de usuários para casa cada dupla de técnicos, isso é uma coisa. A necessidade e o funcionamento do serviço 24 horas e o olhar técnico para uma mulher que chega na madrugada violentada ser atendida, não que um orientador não possa fazer uma escuta, que ele não tenha o seu papel fundamental dentro dessa equipe, não é do lugar de menosprezar a função “a” ou a função “b”, mas a importância do técnico que monitore e acompanhe.

Na revisão da 46, acho que não só para os serviços de mulheres, mas estamos prevendo algumas alterações nas funções que compõem a assistência social na cidade de São Paulo hoje. Eu vou dar um exemplo muito claro que isso é o que eu tenho mais discutido.

É inadmissível que os orientadores socioeducativos tenham a mesma forma de remuneração quando eles têm execuções muito diferentes da produção básica, da média e da alta, inclusive, de funções; da importância de qualificarmos isso. E isso tem sido pauta minha diária com a equipe da Produção Social Especial: rever as funções dos trabalhadores da assistência social, incorporamos outras funções na política de assistência social. A NOB-RH nos permite que outros profissionais componham essa equipe. Isso é importante.

A outra coisa que a Vereadora colocou foi a questão do agente de segurança.

Isso é outra coisa que hoje nós estamos prevendo na alteração da portaria: esta função, não somente para o serviço de mulheres, para todos os serviços da política de assistência, porque estamos falando do recorte em relação às mulheres, mas temos outros equipamentos que necessitam dessa segurança, de um cuidado, de um profissional que possa ser contratado e que possa também fazer a segurança, porque, às vezes, a segurança também é assustadora. Também precisamos ter esse cuidado. Esse profissional que precisa ser contratado para estar na porta do equipamento deve saber acolher, porque a importância do trabalho da política de assistência é o acolhimento. Se não há um bom acolhimento, não há vínculo construído com esse usuário.

Só para complementar o que a Secretária falou: os nossos equipamentos não preveem uma saída. Gostaríamos, ficaríamos muito felizes, de termos uma mulher no nosso centro de acolhida que, em 90 dias, superasse todo o seu ciclo de violência e pudesse construir a vida de outra forma. Mas eu costumo dizer que política de assistência está muito ligada à economia, e a conta nunca vai fechar. Vivemos um sistema capitalista, que tem todo um processo que vai para além só do equipamento. Isso não justifica se o equipamento tem ou não a obrigação, a obrigação do Poder Público é fornecer o atendimento ao cidadão, e é por isso que somos chamados de servidores públicos.

Eu deixo o meu compromisso. Eu deixo a porta da Coordenação de Produção Social Especial aberta para quem quiser. Eu estou disponível.

A Gildete já teve a oportunidade de trabalhar comigo na Zona Sul, sabe muito bem.

Vou passar para vocês o *e-mail* da Proteção Especial para conversarmos: protecaosocialespecial@smads.sp.gov.br. Mas me comprometo, eu, Patrícia, de que vamos nos sentar com a nossa gestão, o SUAS, e vamos alinhar uma reunião com os CDCMs.

Podemos pensar, Secretária, em, de repente, fazermos uma reunião em conjunto dos territórios – porque eu entendo a angústia que é: “Meu Deus, é hoje; não, é amanhã. Acordo. Vai transferir amanhã; não vai”.

Quero dizer para vocês que o cronograma está extremamente atrasado, porque temos segurado exatamente para que as coisas aconteçam de uma forma um pouco mais organizada.

Eu acho que consegui responder a maioria. O que eu não consegui, eu me coloco à disposição.

E quero dizer a vocês que eu estou cansada, que eu estou na labuta desde as sete e meia da manhã.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. VANESSA HELVÉCIO – Tá. Eu não sei se eu consigo, mas vamos tentar ver se conseguimos mandar alguém da equipe para a reunião.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. VANESSA HELVÉCIO – Beleza. Tá bom. Por favor.

Eu pedi para o Wesley pegar o documento com você. Tá bom?

Obrigada, gente.

A SRA. ROSILENE PIMENTEL – Um segundo só. Eu não vou estender a minha fala.

Quero falar que, como comissão da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, nós estaremos acompanhando os desdobramentos dessa nossa audiência pública, os encaminhamentos; e tanto a comissão da Rede como as Redes de Enfrentamento regionais estão abertas às discussões.

Reiteramos a nossa posição de que nós queremos e defendemos a construção de políticas públicas de enfrentamento dialogadas de forma descentralizada, por meio das redes de enfrentamento. É isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Primeiro, eu queria agradecer o convite.

Acho que a noite trouxe bastantes questões, mas me parece que ainda precisa um conjunto de reuniões – ou com grupos de trabalho ou com audiências públicas para realmente acertar o passo, porque não me parece que é tão tranquilo transferir serviço de uma política de assistência que tem toda uma formatação, tem uma exigência e tem toda uma tradição, e passar para [a Secretaria de] Direitos Humanos. Então, Direitos Humanos teria que escutar um pouco o pessoal da Assistência, para ver como é.

Eu sinceramente não consigo entender essa transferência com muita tranquilidade, que isso já está resolvido. E não é à toa que acolhimento vai ficar na Assistência.

Nos primórdios da Constituição Federal, tudo o que é vítima de violência doméstica – está lá no art. 26 – vai caber à Assistência Social. Então, esse é um buraco: não tem nenhuma delimitação para mulheres, crianças, população de rua, nada. Quando vai para Direitos Humanos, qual seria a diferença substantiva?

A Assistência Social não tinha nenhuma tradição em atender situações de violência,

vítimas de violência, trabalhando a violência por dentro. Como é que Direitos Humanos vai trabalhar isso? Qual é a metodologia? Qual é o conteúdo? Qual é a perspectiva teórica que vai subsidiar os trabalhos já existentes e aquilo que precisa ser modificado? Além disso, não podemos esquecer da formação continuada dos profissionais e de supervisão técnica, e não somente fiscalização da verba recebida na parceria.

Particularmente, eu sou muito mais favorável à gestão direta, porque resolvemos as coisas; e transferir o profissional que fica funcionário público trabalhando sob administração de uma ONG.

Ele responde a quem? Se ele é estatutário, ele responde a quem? Ele responde à ONG ou ele responde à Prefeitura? E me parece que essa situação já aconteceu nas parcerias do SUS, da medicina, da saúde. E foi muito complicado. Havia unidades que tinha Governo Estadual, Governo Municipal e sociedade civil. Era um “melê” total.

Eu acho que há alguns passos importantes ainda para serem trabalhados, mas acho que a Rede está atenta. E acho que essa pressão em relação ao Poder Público é importante para manter essa relação viva.

Acho que é isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Professora.

Mais uma vez, agradeço.

Na verdade, eu acho que o debate se encaminhou muito para a necessidade de conseguirmos manter um ritmo de diálogo entre as trabalhadoras do serviço e a Administração. Isso para nós seria muito importante. Se pudermos montar um grupo de trabalho, Soninha, ou se pudermos pensar algum outro tipo de debate que seja mais continuado, isso é bem importante – porque, se o cronograma não está pronto, nós também gostaríamos de poder opinar sobre esse cronograma. Claro, entendendo todas as questões das Secretarias, mas que consigamos também opinar sobre esse cronograma, e como isso também pode afetar a vida tanto das trabalhadoras, mas, principalmente, a vida das mulheres atendidas por esse serviço.

Continuamos nesse diálogo com as Secretarias, para tentarmos montar um grupo de

trabalho. Mas, na verdade, quero agradecer também tanto a presença da SMADS como a presença de Direitos Humanos na Casa. Isso é muito importante. E também quero agradecer a presença das mulheres convidadas que vieram para debater conosco e a todo mundo que participou. Esses debates são fundamentais, sobretudo por estarmos num espaço da Câmara.

Na semana passada, eu ouvi uma frase muito importante numa audiência: que o parlamentar é representante, não substituto do povo. Quando estamos representando, temos que, de fato, promover esse diálogo, porque é isso que, no fim, é o nosso dever mesmo.

Muito obrigado a todas e a todos. Seguimos na luta. Obrigada. (Palmas)